



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 23 de maio de 2018

N.º 10/2018

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e quatro minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Lopes – Tenho uma questão que gostava de colocar e que tem a ver com a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil.

Alguns meses atrás a câmara anunciou que iria apresentar brevemente um plano de pagamentos relativamente à devolução dessa taxa e julgo que até hoje ainda não foi apresentado. Já se passaram cerca de 3 meses e queria saber se já existe alguma expectativa de quando é que vai ser apresentado esse plano de devolução da taxa.

Também alertar, não sei se é do vosso conhecimento, que as últimas faturas da água continuam a ter a Taxa de Proteção Civil. Está-me a dizer que sim com a cabeça é porque já deve ter esse feedback.

Tenho aqui um exemplo de 11 de maio em que ainda aparece a taxa e a deliberação em reunião de câmara para a revogação dessa taxa ocorreu em março, portanto, estamos aqui já com algum tempo, pelo menos 2 meses decorridos, e ainda estão a aplicar a taxa.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – A questão que quero colocar tem a ver com as notícias que saíram de que este ano a Volta a Portugal terá início em Setúbal.

Não quero que o que vou dizer seja interpretado como uma crítica, mas como um pedido de esclarecimento. É sabido que muitas cidades prescindiram de ter na sua cidade a Volta a Portugal, porque tem custos elevadíssimos para essas cidades, e o que quero perguntar à câmara é se existe ou se têm o valor sobre o custo que a câmara terá que suportar para termos cá a Volta a Portugal e se fez algum estudo ou se existe algum estudo que nos diga, em termos de impacto, qual é o retorno desse investimento.

Não estou a criticar, estou apenas a pedir uma informação para poder avaliar se, de facto, é um evento que tem um retorno muito positivo para a cidade ou não, porque entendo que hoje a gestão das cidades e dos municípios têm que ter esse tipo de preocupação seja com que evento for.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Senhora Presidente, solicitamos, uma vez mais, o acesso ao relatório de incêndio ocorrido na SAPEC, no início de 2017. Continuamos sem saber o que se passou, o que falhou, se existiu efetivamente alguma falha, quais os impactos no meio ambiente e na população e se persistem danos, caso tenha havido o impacto negativo, segundo o que pensamos.

Levantamos esta questão numa altura em que a Organização Mundial de Saúde emitiu um relatório alertando para a qualidade do ar que se respira. Uma em cada 10 pessoas respira o ar contaminado ou poluído.

Em Portugal foram identificadas 15 zonas com a maior situação de partículas finas inaláveis e, por isso, suscetíveis de causar danos nos pulmões e no sistema cardiovascular.

Setúbal é uma dessas 15 zonas, segundo o relatório da OMS, torna-se por isso fundamental que se saiba quais são as estratégias com as empresas de cariz industrial, se a Câmara Municipal tem um plano estratégico comum para atingirmos um grau de emissão de partículas baixo.

Sabemos que Setúbal é uma zona com grande implantação de empresas que emitem para a atmosfera partículas que são nocivas e é importante que existam medidas que sejam complementares àquelas que as próprias empresas têm e que exista uma sensibilidade por parte da Câmara Municipal no sentido de existir uma maior fiscalização e estratégias comuns com as empresas para a população poder, efetivamente, estar descansada quanto à emissão dessas matérias.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Só dar nota de duas ou três questões e a primeira questão tem que ver com o Vale da Rosa. Tem sido aqui sistematicamente levantada a questão do saneamento.

O saneamento do Vale da Rosa é possível agora quando se iniciou o funcionamento da estação elevatória do Faralhão, situação que vai permitir ligar os efluentes domésticos no Vale da Rosa a essa estação para ser canalizada para a ETAR de Setúbal. Antes disso não havia onde ligar o saneamento.

Posto isto e tendo em conta que é uma intervenção que tem que ser realizada no quadro de ligação das várias aldeias ao emissário Faralhão-Pontes, nós temos a nota técnica desta obra que estabelece um valor à volta dos 170 mil euros, mas, neste momento ainda estamos numa fase de obter as autorizações para as passagens do emissário e para constituir as servidões.

Estamos a negociar há já alguns meses, mas ainda temos algum trabalho a fazer, e na sequência disso então far-se-á o projeto de execução. Faremos o projeto de execução na base da nota técnica em função do traçado real que ele vai ter e em função das autorizações que vamos conseguir obter.

Se houver autorizações temos que caminhar para um processo ainda mais complexo, que é o de expropriações, mas esperemos que não seja necessário ir por aí, porque, em geral, tem sido possível resolver bem esse problema.

Em relação ao problema das passagens, precisámos de seis meses para fazer o projeto e concurso e mais seis meses para fazer a obra.

Vamos fazer uma reunião com os moradores, já contactámos com eles, e vamos explicar-lhes em pormenor, até mais em pormenor do que estou aqui a dizer, esta intervenção no sentido de todos perceberem exatamente o que é que está em causa. Até lá, quer no Vale da Rosa, quer noutras urbanizações não servidas de saneamento básico e que têm fossas, posso dar nota de que, neste momento, as Águas do Sado compraram uma viatura limpa fossas de grande dimensão e que todo e qualquer município que tenha fossa pode recorrer ao limpa fossas. A situação, até há bem pouco tempo, é que não existia este serviço a funcionar e as pessoas recorriam aos privados para fazer as limpezas das respetivas fossas, mas neste momento já existe este serviço disponível e qualquer município que tenha fossas poderá recorrer.

Uma outra questão que tem que ver com aquela zona da Estrada de Santas, Estefanilha, etc.. Na Estefanilha tivemos que fazer um nó, ligando vários sistemas de drenagem doméstica e pluvial, o que criou ali uma situação de perturbação na superfície da rua, que já não estava em grande estado. Estamos neste momento a trabalhar para fazer a intervenção. Creio que foi o vereador Paulo Lopes que perguntou. Ontem abrimos, digamos, a documentação do concurso e o mesmo ficou deserto, ninguém concorreu. Foi um concurso por convite, mas mesmo assim ninguém concorreu.

Vamos ter que aliar esse valor, que está demasiado baixo, o que é que se passa, mas de qualquer maneira vamos ter que fazer um esforço de agilizar procedimentos para fazer a intervenção que, para nós, é muito importante. Aliás foi dito na reunião, onde isto foi questionado, que era uma intervenção prioritária, por isso é que estava em concurso e, neste momento, o quadro é este.

De qualquer forma fica aqui o compromisso de irmos fazer um esforço de encontrar as soluções mais expeditas para avançar com esta obra, visto que ela é, de facto, relevante. Associada a intervenções nas ruas, quero deixar aqui uma nota, não sei se tem que se chamar protesto, se como é que hei de chamar a esta nota, mas que tem que ver com uma notícia que saiu no Setubalense sobre a estrada da morte.

À estrada da Chamburguinha chamar-se “estrada da morte” é uma coisa um bocado estapafúrdia, irresponsável, completamente irresponsável na medida em que é uma das ruas da Freguesia do Sado. Temos recentemente uma intervenção numa grande rua, numa grande estrada paralela à Chamburguinha, que é a estrada da Morgada. Vamos fazer também na estrada da Chamburguinha, mas não tem nenhuma situação de gravidade complexa, tem alguns buracos que vamos tapando, mas foi mesmo invocado a existência de mortes naquela rua.

Fomos falar com a GNR e com a PSP para saber o que é que se passava naquela rua, e o que nos foi dito pela PSP é que houve lá em três anos cerca de 19 pequenos acidentes com dois feridos ligeiros, mas que não tem que ver necessariamente com o estado do piso. A GNR reportou-nos que terá havido em 2014 uma pessoa que faleceu, mas que teve que ver com o motorista e não com o estado da rua.

Quero só deixar isto aqui claro e já agora fazer um apelo público ao diretor do Setubalense, para que tenha em conta que a fundamentação das notícias que saem é muito importante, porque se não temos que dizer que a notícia é profundamente irresponsável e que não corresponde à verdade. Mesmo que tivesse morrido lá alguém, porque parece que faleceu lá uma pessoa, infelizmente, mas não teve que ver com a estrada e não se pode chamar “estrada da morte” a toda e qualquer estrada ou rua deste país onde existiu um acidente. Isto não pode ser assim. Era só deixar esta nota com toda a clareza para não passar em branco.

Uma outra questão a colocar, que tem que ver com a realização do Fórum Europeu da Segurança Urbana e sua assembleia geral em que Setúbal foi confirmado como membro do Comité Executivo do Fórum Europeu.



Setúbal está envolvida em dois projetos relevantes do Fórum Europeu, o projeto LIAISE que tem que ver com o combate a ações violentas, terroristas e radicalismos, sendo que, no quadro europeu, Setúbal no conjunto das cidades envolvidas no processo é a única que não tem fenómenos graves desse tipo. Há cidades que têm tido problemas gravíssimos, mas estamos a aprender a perceber o que aconteceu, a perceber o que está a ser feito para evitar e prevenirmos fenómenos desses.

Também estamos envolvidos num projeto Medi@4Sec, que é os média para a segurança e que está sobretudo focado nas redes sociais e também na comunicação através delas e a importância que isso tem no processo de segurança. Vamos ter no dia 6 de julho, creio eu, aqui em Setúbal um seminário internacional temático sobre esta matéria no quadro do Fórum Europeu da Segurança Urbana, procurando contribuir para uma reflexão sobre o papel das redes sociais no processo da segurança.

Também vamos participar ativamente num grupo de trabalho internacional sobre as questões da discriminação, do racismo, da xenofobia, etc., e dos migrantes na medida em que não temos fenómenos graves conhecidos dessa matéria, mas o que está a acontecer na nossa participação no Fórum Europeu da Segurança Urbana é uma profunda aprendizagem, uma vez que os outros já tiveram esses problemas, para nos podermos prevenir melhor.

Essas matérias têm vindo a ser discutidas e debatidas e vão continuar a sê-lo no Conselho Municipal de Segurança.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Só para dar algumas informações relativamente às questões da qualidade do ar, que o vereador aqui colocou. Julgo que, no âmbito da estratégia global, este município tem feito e tem um plano para continuar a fazer muito para melhorar a qualidade do ar.

Em primeiro lugar, nós temos a monitorização da qualidade do ar sempre que quisermos, porque ela consta do *site* da APA na internet, e temos duas estações que medem a qualidade do ar em Setúbal, uma delas até está aqui bem próximo de nós no Jardim de Palhais.

É possível seguir através do *site* da internet, mas depois posso-vos facultar se for necessário. Dizer que a câmara tem feito, ao longo destes anos, muitos investimentos naquilo que antigamente tínhamos uma visão de jardim e de parque, sobre um sítio de bem-estar e de lazer e que hoje, tendo em conta as condições e esta nova realidade das alterações climáticas, também são chamados os sumidouros de carbono.

Setúbal tem apostado muito nesta vertente, portanto, todos os parques que temos têm essa função e, em particular, este projeto que estamos a desenvolver agora do Parque da Várzea, contribuirá em muito para manter, para satisfazer e melhorar os níveis da qualidade do ar.

Também informar a câmara que iremos trazer em breve uma nova proposta que é um novo compromisso deste município relativamente ao Pacto de Autarcas para 2030. A câmara entende que o Pacto de Autarcas que foi assinado, cumpriu os seus objetivos na sua maioria e tenta ir mais além, tendo assinado um compromisso na Áustria para as questões do Pacto de Autarcas até 2030, que tem uma série de objetivos, não só ao nível da qualidade do ar, mas também noutras questões ambientais que, em breve, estaremos em condições de trazer à Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – O relatório é da Organização Mundial de Saúde, não me veio aqui trazer nenhuma informação que não conste deste relatório, em princípio é de uma organização idónea, aliás, como a Sra. Presidente também disse no jornal “O Setubalense”, ninguém pretende atacar a indústria, isto seria também atacar-me um bocadinho a mim que toda a vida estive ligado à indústria, mas temos de encontrar realmente estratégias comuns para minimizar o impacto da poluição ambiental derivada das indústrias pesadas que temos no concelho.

O que deixei aqui foi um alerta e saber se realmente existem essas estratégias. A Câmara Municipal certamente estará disponível para exercer junto dessa indústria a sua função de proteger o ambiente no seu concelho. Julgo que isso está a ser feito, segundo a informação que veio vinculado neste órgão de comunicação social.

Sr. Vice-Presidente – Sobre esta questão, de facto, é um motivo de preocupação para a câmara, mas não na perspetiva de que a câmara tem que ver perante as indústrias, que são emissoras de partículas, o que está a fazer. A Câmara Municipal não é a entidade fiscalizadora nesse plano. A Câmara Municipal tem a ver com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, como é que está a resultar o controlo e a fiscalização da emissão de partículas nas indústrias que deviam ter filtros e sistemas de controlo que não excedessem os níveis legalmente permitidos.

Temos aqui uma polémica de muitos anos, com o caso das queimas de resíduos na Secil e instalaram-se sistemas de controlo. É preciso saber em que medida é que as queimas na Secil estão a exceder o limite de emissão de partículas, porque a Sapec está a exceder o limite da emissão de partículas, a Portucel está a exceder, enfim.

As indústrias instaladas não estão a ser suficientemente controladas pelos organismos competentes e estão sob tutela da Agência Portuguesa do Ambiente e a Câmara Municipal tem que se preocupar e tem que intervir junto da APA para que se faça esse controlo, mas não podemos fazer diretamente perante as empresas, porque não temos competência legal para o fazer.

A preocupação é legítima, mas, de facto, o que a vereadora Carla Guerreiro disse é uma verdade. Do esforço de compensação, através da expansão da zona verde, que tem sido feito e vai ser acentuado, mas não resolve o problema da emissão de partículas e tem que ser tratado nos organismos com competência para a fiscalização. Têm que nos explicar o que é que está fora do limite legal permitido para que se exceda este nível de partículas que pode ser nocivo para a saúde pública.

Sr. Vereador Pedro Pina – Agradeço a pergunta que foi dirigida pelo Sr. Vereador Fernando Monteiro, e se me permite também lhe devolva uma questão para que nos informasse quais foram os municípios que desistiram de acolher a Volta a Portugal em Bicicleta para a edição 2018.

Pois, neste momento, e segundo aquilo que nos parece, é que há uma vontade muito grande de muitos municípios, de todos os pontos do país, em acolher a volta, o que é difícil à direção da Volta a Portugal em Bicicleta conseguir encontrar aqui uma estratégia considerando até o número de dias que a Volta tem e a expressão que tem vindo a ganhar, felizmente.

Dar nota da possibilidade, de nos últimos três anos, a Volta ter conseguido vir a sul do Tejo foi exatamente no ano da Cidade Europeia do Desporto. Este ano, ao que parece, até irá um bocadinho mais longe, mas não queremos qualquer tipo de louros sobre isso.

Portanto, se nos poder dar conta, é que não temos essa informação.

Sobre a questão objetiva, obviamente que esses estudos são feitos e são feitos por diferentes empresas independentes que fazem o levantamento de tudo o que são as implicações diretas e o retorno que um evento da Volta a Portugal em Bicicleta tem. Posso dizer que os deste ano ainda não estão realizados, como deve calcular, e só poderão estar avaliados à posteriori da Volta, mas posso-lhe dizer que o valor que foi calculado do evento de 2017 considerando, entre outros indicadores, horas de televisão em direto, notícias nos diferentes órgãos de comunicação social, impacto económico e número de público presente, que o valor final feito pela empresa foi de 7 milhões de euros. Este é o feito de acolher a Volta a Portugal em Bicicleta e não estamos a falar nem de uma chegada de uma final e nem do início de Volta.

Ainda não lhe posso dizer qual é que é o valor total que a câmara terá com o evento deste ano, e não querendo aqui estar a dar má notícia em primeira mão, o que neste momento está em cima da mesa para nós fecharmos não é a Volta a Portugal para 2018 em Setúbal, é um protocolo para três anos da Volta a Portugal em Bicicleta em Setúbal, o que os coloca exatamente num patamar que muitos municípios desejariam.

Só para dar exemplo, Lisboa este ano não conseguiu fechar a Volta a Portugal em Bicicleta e certamente não é por dificuldades financeiras, como deve calcular.

O que, neste momento, estamos a negociar com a direção da Volta a Portugal em Bicicleta é um protocolo que permita que nos próximos anos Setúbal continue a fazer parte do roteiro da Volta, o que nos orgulha e que nos enche de grande regozijo a passagem da Volta a Portugal



em Bicicleta, como tem sido possível constatar por todos aqueles que nos dias em que aqui acontece é, de facto, um evento de grande sucesso.

Em relação a estes eventos, com certeza, que temos que quantificar custos, mas são eventos que, pelo retorno, pelo impacto económico, social, cultural e desportivo e que são o motivo que nos enche de orgulho, assim como outros eventos que temos tido a possibilidade de acolher e em que considerámos essas questões com grande rigor e com grande cuidado. O que lhe posso fazer chegar, porque são dados públicos, é exatamente o valor do retorno no que diz respeito à etapa de 2017 da Volta a Portugal em Bicicleta, isso posso fazer e não tem qualquer problema. Assim que tiver fechado, de facto, o valor final do protocolo a celebrar com a organização, com a empresa Podium (é quem organiza a Volta a Portugal em Bicicleta), com certeza que se tornarão públicos e também não haverá aqui absolutamente nenhuma informação que possamos ocultar ou deixar de facultar a quem queira.

Se a Sra. Presidente me permite, quero apenas dar aqui duas pequenas notas ainda no âmbito do desporto. Irei socorrer-me aqui do meu telemóvel e tem a ver com um pequeno apontamento de saudação aos sucessos desportivos, em particular da ginástica, quer do Clube Naval Setubalense em que a equipa juvenil feminina ficou em 1.º lugar no Campeonato Nacional Teamgym, disputado no dia 15 de abril, no pavilhão Multiusos de Odivelas. Já na disciplina de tumbling o ginasta João Bola ficou em 1.º lugar em seniores masculinos no Campeonato Nacional de Duplo Mini Trampolim Tumbling, realizado nos dias 28 e 29 de abril, em Viana do Castelo. A equipa juvenil masculina sagrou-se campeã nacional de tumbling e foi igualmente a equipa de iniciados constituída por Afonso Mendes, Daniel Oliveira, Vasco Vale e Rui Praxedes na disciplina de duplo mini trampolim também campeã nacional. Ainda no Torneio Nacional de Trampolins, no 35.º Frivolten Cup, que se realizou na Suécia, nos dias 11 e 12 de maio, a Sofia Gil e o Rui Domingos venceram a prova feminina e masculina respetivamente nos seus escalões e destaque ainda para Rui Praxedes que foi 2.º classificado na mesma vertente, no escalão sub 12.

Resultados de grande prestígio para a cidade, para o clube e, com certeza, para os atletas e treinadores.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Senhor vereador, que fique claro que não me manifestei contra o facto de a Volta a Portugal passar por Setúbal, até porque não tenho dados suficientes para emitir uma opinião contra ou a favor. O que eu pedi, precisamente, para formar uma opinião sobre isso, foram os valores e o vereador deu o valor do retorno com base num estudo do ano passado, que já agora agradecia que me fizesse chegar, mas não disse qual foi o custo, qual foi o investimento que a câmara teve que fazer e isso é importante para fazer a tal avaliação.

Só uma nota final, sou das pessoas que sou favorável a que o nosso município, a nossa cidade tenha grandes eventos, nomeadamente eventos internacionais. Acho que o município só tem a ganhar com isso, desde que esse evento traga um retorno para o município, mas nem todos os eventos trazem esse retorno e se este traz, ainda bem, então continue a trazer a Volta a Portugal para Setúbal. O sentido da minha intervenção foi o de saber se, de facto, há esse retorno ou não, havendo, pois com certeza que é um bom evento para a cidade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Se me der licença Sra. Presidente?

Tem toda a razão, não me disse também entretanto quais é que tinham sido os municípios que desistiram de ter a Volta, pois se me poder dizer, eu agradecia, mas posso-lhe dizer qual foi o custo da Volta a Portugal do ano passado, estamos a falar de uma etapa de fim-de-semana e que custou 60 mil euros mais IVA. Sobre o retorno já disse, é uma questão de fazer contas.

Sra. Presidente da Câmara – Se não houver mais questões eu vou dar respostas.

Você não me deixou acabar. O senhor vereador está aflito, era melhor que não tivesse assim muito aflito, porque vou começar já por dizer que o que eu estranho é que o Sr. Vereador Paulo Lopes não tenha perguntado se o Governo já se preocupou em saber como é que vai

resolver a questão da Taxa de Proteção Civil. Era melhor que não tivesse tão aflito que era para não levar esta.

Se o Governo já se preocupou em reunir com a Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com os pedidos feitos pela mesma em relação à Taxa Municipal de Proteção Civil. Em relação à argolada que o próprio Governo cometeu em fazer aquele despacho legal, depois de ter levado estes anos todos, aquele Governo, o outro Governo, todos os Governos, ora agora mandas tu, ora agora mando eu.

Gostava que o vereador Paulo Lopes tivesse questionado a Câmara Municipal de Setúbal para saber se o Governo da Nação está preocupado com o que fez, com o que aconteceu à Câmara Municipal de Setúbal e ao que aconteceu à Câmara Municipal de Lisboa. Em relação à Câmara Municipal de Lisboa não sei se já manifestou a sua preocupação, provavelmente já, mas em relação à Câmara de Setúbal ainda não manifestou preocupação alguma, a não ser "en passant". Não sei se foi ao vereador Rabaçal que disse "Sim, sim, nós vamos tratar disso.", mas o que é certo é que ainda não trataram. Isso é que nós não sabemos, nem vemos preocupação por parte do senhor vereador, bem como não vemos preocupação por parte do vosso grupo político, da bancada do Partido Socialista em saber quando é que o Governo devolve à Câmara Municipal de Setúbal cerca de 4 milhões de euros que lá tem há mais de não sei quantos anos. Desde 2000, deixa lá fazer as contas, são 12, 14 anos que lá têm cerca de 4 milhões de euros. Quando é que eles devolvem, por causa daquela golpada que nos deram em relação à SIMARSUL. Não vejo o Partido Socialista estar preocupado com isto.

Em relação a esta golpada que deu da proteção civil também foi o Partido Socialista que fez e não oiço o Partido Socialista dizer "Então como é que subsidiam as Companhias de Bombeiros Sapadores (neste caso)? Então como é que tratam da proteção civil? Agora como é que é a devolução do dinheiro?"

Temos que devolver numa atitude, que julgo, de hipocrisia política. Temos que devolver às pessoas, mas não se preocupam em relação ao outro lado.

Ainda dizer que foi público, fizemos um comunicado a dizer todos os pagamentos que foram efetuados pelas pequenas empresas, até mil euros, seriam todos devolvidos até final do ano, até dezembro.

Pagamentos de volume superior, estão a ser feitos planos de pagamentos para as empresas e, portanto, estamos a negociar com as empresas como é bom de ver. Guardamos ainda que o Governo se preocupe, como disse no início, em dizer exatamente como é que vai resolver esta questão.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Quando perguntei sobre o plano de pagamentos, era exatamente saber se estes mil euros que foi dito, ser pago até ao final do ano, se já começaram...

Sra. Presidente da Câmara – Já começaram.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Era nesse sentido que queria saber.

A Sra. Presidente pode fazer as considerações que entender sobre as matérias que quiser, como é óbvio.

A Câmara Municipal de Lisboa já pagou, em 3 meses pagou, a Câmara Municipal de Setúbal não tinha informação e daí estar a solicitar, mas está a pagar.

Em relação à questão da taxa continuar a ser cobrada?

Sra. Presidente da Câmara – Já avisámos as Águas do Sado e já voltámos a avisar novamente.

4

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não faz sentido estar a devolver e estar a receber ao mesmo tempo. Aí deveria ter uma atitude no sentido de dizer às Águas do Sado que qualquer pessoa pode-se negar a pagar, penso eu, as atuais faturas das Águas do Sado que constam com a Taxa de Proteção Civil. Também queria que ficasse em ata.

Sra. Presidente da Câmara – Já avisámos novamente as Águas do Sado que indevidamente saiu na fatura do mês de maio e que já não devia ter saído esse pagamento. Eu sei, já chegou aqui a informação. Mas não quer saber nada do Governo e já agora você podia dar lá um toque.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Como é óbvio que queremos sempre saber tudo o que está aqui em relação a Setúbal. A Sra. Presidente tem boa relação com o Primeiro-ministro, portanto, com certeza terá também...

Sra. Presidente da Câmara – Tenho, tenho, mas ainda não tiveram tempo de nos atender. Em relação à Volta a Portugal, o vereador já disse, mas como pode imaginar Setúbal está no mapa e nós fazemos muitas contas à nossa vida, às despesas, às receitas, fazemos muitas contas e por isso as contas estão aí para se ver e que se sabe o resultado e vocês têm conhecimento delas. Não é só por isso, é também porque fazemos exatamente estes eventos internacionais, porque fazemos coisas que, de facto, trazem promoção e trazem visibilidade e notoriedade ao Município de Setúbal e isto tem um retorno enorme.

O vereador já disse que em relação à transmissão televisiva é praticamente um dia, e se nós fizéssemos a transmissão televisiva só de um pequeno evento, que podia ser de 15 minutos, pagaríamos duas ou três vezes mais. Um retorno destes que é parecido a outras iniciativas que temos feito, por exemplo, o circuito de águas abertas que acabamos por pagar até mais, não temos um retorno destes e é uma prova mundial. Temos com outros países que cá vêm, mas concretamente para Portugal não chega à casa de tantos portugueses como chega a Volta a Portugal e que estamos horas no ar.

As telenovelas, já vamos na terceira, o "Mar Salgado" na SIC, o "Jogo Duplo" na TVI que está acabar agora, o "Inspetor Max" e metade de uma outra telenovela que houve também na RTP1, o retorno foi imenso, tivemos que abdicar do recebimento de taxas, mas o retorno de estar em horário nobre e de estar no ar durante meses e meses seguidos, é que temos a cidade como temos. Temos que fazer as contas assim.

Em relação ao relatório da Sapec, pensava que isto já estava entregue, porque ele já está feito.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A responsabilidade dessa avaliação e o próprio relatório da articulação com as empresas não é da câmara. Não temos nenhuma notícia, quer do IGAMAOT, quer da APA, nos tenha feito chegar alguma prorrogação e permanência de impactos negativos e julgo que eles não tenham ido com essa profundidade toda. A questão é pedir ao IGAMAOT ou à APA esse relatório, o qual que nos fornecerão, porque é um relatório público, julgo eu.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Senhora Presidente fiquei sem saber se é para nós pedirmos ou é a Câmara Municipal que deve pedir? Nós?

Nós solicitamos à Câmara Municipal, não faz sentido, porque pertencemos a um órgão e pedimos à Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Câmara – Quando tivermos isto completo com os pareceres das outras entidades iremos entregar, mas só quando estiver tudo completo.

Em relação à poluição atmosférica, acho que já foi dada a resposta pela Sra. Vereadora.

Antes de passar a palavra ao vereador Paulo Lopes, dizer que participámos no prémio "5 estrelas". Neste prémio "5 estrelas" são avaliados os respetivos distritos e dentro dos distritos são nomeadas marcas desse distrito para o prémio "5 estrelas". Quer dizer que em vários

4

distritos, cada município tinha uma ou duas marcas que, de facto eram emblemáticas para aquele distrito. O distrito de Setúbal teve cinco marcas, do concelho de Setúbal cinco marcas. Uma marca do concelho de Grândola, que é a Sublime Comporta, outra marca do concelho de Santiago do Cacém, salvo erro, e outra marca do concelho de Seixal. O Município de Setúbal está de parabéns, porque no prémio "5 estrelas" que foi promovido pela televisão, Setúbal teve mesmo cinco estrelas. Foram oito marcas de todo o distrito, uma do Seixal, uma de Santiago do Cacém e uma de Grândola e cinco marcas do Município de Setúbal.

Já agora a saber isto foi votado pelo público a nível nacional. É engraçado que Setúbal teve o choco frito, a praia de Galapinhos, as tortas de Azeitão, o moscatel de Setúbal e o Parque Natural da Arrábida. É engraçado que as pessoas se tenham focado nestas marcas, na promoção e na visibilidade que acabamos por dar até através desta promoção televisiva, é isso que fazemos. É estranho que monumentos, como, por exemplo, o Cristo Rei, que é um monumento do distrito e uma marca do distrito, não seja nem sequer nomeado pelo público, o que é preocupante.

Eu trouxe uma coisinha para cada um de vocês para levarem e verem.

Também dar a informação de que o Turismo de Portugal, a Entidade Regional Turismo, pagou a publicidade do nome de Setúbal já em dois aviões da TAP, o que é também muito bom para nós. Já estava numa corveta da Marinha, o Ministério da Marinha lançou um navio novo com o nome de Setúbal e agora foi a TAP com dois aviões com o nome de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Era apenas uma informação, porque a Sra. Presidente informou em reunião de câmara e à comunicação social que iria apresentar uma queixa contra o Partido Socialista de Setúbal por difamação e injúria no âmbito de uma discussão e de uma nota de imprensa que o Partido Socialista fez sobre dívidas à ADSE, cumpre-me agora também informar, por despacho do Ministério Público, que foi decidido o arquivamento desse inquérito. No entanto, solicitaram a abertura de instrução, em sede de debate instrutório, e no passado dia 17 o juiz de instrução veio confirmar a decisão de manter o arquivamento anteriormente decidido pelo Ministério Público.

Quero apenas dizer que reforçamos a ideia que valorizamos e promovemos o respeito entre os pares e as instituições, entendemos que isso é fundamental, mas também não podemos aceitar que o natural combate político-partidário seja alvo de tentativas de condicionamento por parte das maiorias, muito pelo contrário.

Pela parte que nos toca nunca nos deixaremos condicionar nas nossas intervenções políticas, devemos isso a todos aqueles que em todos os partidos lutaram pela liberdade e pela democracia.

Sra. Presidente da Câmara – Em relação a isto, continuaremos a reiterar a propositura de ações em Tribunal sempre que a nossa honra esteja em causa. Sempre!

Não é a liberdade de expressão, é a honra de cada uma das pessoas que estão aqui sentadas, esteja em causa, sempre. É totalmente diferente.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Júlio Pomar, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 6:

"A Câmara Municipal de Setúbal, expressa o seu profundo pesar pela morte de Júlio Pomar, uma figura de referência do mundo cultural português e inigualável artista plástico, cujo desaparecimento constitui uma perda irreparável para o nosso país. Nas palavras de Nietzsche "A Arte existe para que a verdade não nos destrua".

Além de um artista excepcional, o Mestre Júlio Pomar foi um cidadão ativo e interventivo na defesa dos valores da Liberdade e da Democracia, resistente tenaz ao regime derrubado em 25 de Abril de 1974, o que lhe valeu a perseguição e a prisão nos calabouços da PIDE, onde conheceu Mário Soares.

Uma amizade que se prolongou até ao fim das suas vidas e que o levou a ser escolhido por este para ser o seu retratista na galeria oficial dos Presidentes da República, com uma obra

que captou genialmente o caráter do retratado e marcou, e ainda marca, a diferença, sendo uma boa demonstração da singularidade de ambos: artista e político.

Neste momento de profunda perda para a Cultura portuguesa, a Câmara Municipal de Setúbal, apresenta as suas sentidas condolências à família e aos amigos de Júlio Pomar, que deixa uma obra que é motivo de grande orgulho para Portugal e que o imortaliza como uma das maiores figuras da História das nossas artes plásticas.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Júlio Pomar, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 7:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pela morte, no dia 22 de maio, do pintor e artista plástico Júlio Pomar, uma das mais importantes figuras da arte contemporânea portuguesa e destacado antifascista.

Júlio Artur da Silva Pomar nasceu em Lisboa em 10 de janeiro de 1926. Pertenceu à 3ª geração de pintores modernistas portugueses, sendo autor de uma obra multifacetada, centrada na pintura, desenho, cerâmica e gravura, com importantes desenvolvimentos nos domínios da tridimensão ou da escrita. Os primeiros anos da sua carreira estão ligados à resistência contra o regime do Estado Novo e à afirmação do movimento neorrealista em Portugal, marcando a especificidade deste no contexto europeu. Teve uma ação artística e cívica intensa ao longo das décadas de 1940 e 1950 e é consensualmente considerado o mais destacado dos cultores do neorrealismo nacional.

Pomar será recordado em Setúbal pela especial atenção que, com o seu trabalho, dedicou ao poeta Bocage. Tal trabalho foi alvo de destaque numa exposição realizada em janeiro de 2016 na Galeria Municipal do 11 por iniciativa desta Câmara Municipal. Os setubalenses puderam apreciar nesta mostra treze desenhos deste artista, a maioria criada em marcador sobre papel, nos quais se revela o processo de análise empreendido pelo artista plástico ao longo do ano em que preparou as obras que viriam a integrar as paredes da estação do metro do Alto do Moinho após a inauguração, em 1988. A maioria dos esboços patentes nesta exposição focam a cara do poeta setubalense, retratada sempre com o mesmo tipo de traço, mas com expressões claramente distintas, reveladoras de um profundo estudo de Júlio Pomar da personalidade de Bocage.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o voto de pesar pelo falecimento de António Arnaut, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 8:

“Morreu, António Duarte Arnaut! Com o desaparecimento de António Arnaut, o Partido Socialista, perdeu um camarada querido por todos, fundador e presidente honorário do Partido. O Partido Socialista perdeu uma das suas maiores referências pela sua verticalidade e postura ética.

Com a morte de António Arnaut o País perde também um homem de atitude inconformista perante as injustiças da sociedade e foi lutando contra essas injustiças que foi construindo o seu percurso de vida, advogado de méritos reconhecidos, político de convicções e lutador antifascista, foi ainda escritor de grande sensibilidade.

António Arnaut parte do mundo dos vivos, mas deixa um enorme legado a todos nós. Foi Ministro dos assuntos Sociais no II Governo Constitucional, liderado por Mário Soares e foi nessa qualidade, criador do Serviço Nacional de Saúde em 1979, justamente considerado o “pai”, dessa enorme conquista do Portugal Democrático, tendo lutado até ao fim, pela defesa dos serviços públicos de qualidade. O SNS português é ainda hoje, uma referência para todo o mundo.

António Arnaut, nasceu em Cumeieira, concelho de Penela, distrito de Coimbra, em 28 de janeiro de 1936, e faleceu em Coimbra a 21 de maio de 2018.

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundas condolências à família e ao Partido Socialista de que foi fundador.

Submetido a votação, foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu o voto de pesar pelo falecimento de António Arnaut, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 9:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de António Arnaut, um dos fundadores do Partido Socialista e destacado opositor ao regime fascista derrubado em 1974.

António Arnaut foi um dos protagonistas, no contexto da transformação da sociedade portuguesa garantida pela revolução de Abril, da criação do Serviço Nacional de Saúde, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976.

Importa, no momento do seu desaparecimento físico, recordar que a Constituição aprovada em 1976 por todos os partidos representados na Assembleia da República, com a exceção do CDS, preconizava que o “direito à proteção da saúde” seria “realizado pela criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito”. Mais tarde, em 1989, o SNS em que António Arnaut se empenhou, com aqueles que defendem justo e universal acesso a cuidados de saúde sem que existiam barreiras de qualquer espécie, passaria a ser “tendencialmente gratuito”, depois de uma revisão constitucional que não mereceria a unanimidade parlamentar.

António Arnaut, que concordava com o caráter “tendencialmente gratuito” do SNS, clarificou, contudo, em artigo publicado em 2011 na Revista Seara Nova, que tal expressão, introduzida no art.º 64 de Constituição, pela revisão de 1989, “para substituir a pura gratuitidade da versão inicial, destinou-se apenas a tornar constitucionais as taxas moderadoras previstas na Lei 56/79, de 15 de setembro, que criou o SNS”. Tal formulação, clarifica este fundador do PS, “não pode significar o seu contrário, como pretendem alguns, para que a saúde seja tendencialmente paga, de acordo com o rendimento dos utentes. Seria regredir aos tempos ominosos da ditadura, como pretendem aqueles que tudo reduzem ao mercado, porque têm da vida uma visão mercantilista e mercenária”.

No momento em que lamentamos a morte de António Arnaut, torna-se particularmente importante reafirmar a defesa, sem hesitações, de um Serviço Nacional de Saúde público e universal, combatendo, sempre, como fez este socialista, as ideias de regressão daqueles que “tudo reduzem ao mercado”.

Pelo seu papel fundamental como ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional na instalação do SNS, como lutador pela liberdade e militante do Partido Socialista António Arnaut merece a nossa sentida homenagem.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça a família enlutada e ao PS, partido de que foi fundador, sentidos pêsames.”

Submetido a votação, foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Gostava de pegar nas palavras a propósito do falecimento de António Arnaut, que o Primeiro-ministro e também Secretário-geral do Partido Socialista lhe-á feito um telefonema a convidá-lo para estar presente no Congresso do Partido Socialista e entre outras coisas que ele terá dito ao António Arnaut e o António Arnaut terá dito ao Sr. Primeiro-ministro, António Costa, “*Epá Costa, não deixe cair o SNS*”. Era só para que essas palavras fossem levadas em conta pelo Partido Socialista e que desse cumprimento a este ensejo do António Arnaut.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Claro que isso também merece uma resposta no sentido de dizer que o Primeiro-ministro deve ter ouvido e bem esse conselho do pai fundador do SNS e daí o investimento que depois do Governo de direita tem feito na área da saúde. Se é preciso mais? Claramente, e Setúbal nessa matéria necessita de muito.

Nesse contexto da área da saúde, todos somos poucos, mas espero que na próxima legislatura haja intervenções no nosso hospital e nos centros de saúde que bem precisam.

Sra. Presidente da Câmara – Espero bem que não seja na próxima legislatura.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Tomo a palavra apenas para manifestar o meu repúdio por, através de votos de pesar de pessoas que tiveram tanta importância na sociedade portuguesa se aproveite para se fazer combate político. É vergonhoso o que aconteceu aqui e até que, me lembre, foi a primeira vez que durante um voto de pesar se tenha aproveitado para fazer combate político. É inadmissível.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de abril de 2018.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 02 de maio de 2018.**
 - 3. Deliberação n.º 133/18 – Proposta n.º 33/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alterações dos fundos de maneo da Casa do Largo – Pousada da Juventude, DOM/DITEM e DOM/DIOAD.**
 - 4. Deliberação n.º 134/18 – Proposta n.º 34/2018 – DAFRH/DIGEF – 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipais e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 5. Deliberação n.º 135/18 – Proposta n.º 13/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Implementação da Estratégia Municipal para Uma Mobilidade Segura e Sustentável Para Todos nas Zonas Balneares de Setúbal – Condicionamentos de trânsito na EN 379-1 e acessos às praias da Arrábida – Época balnear 2018.**
 - 6. Deliberação n.º 136/18 – Proposta n.º 32/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 1/2018 – DAFRH/DIRH contra Nuno Miguel Pereira da Silva Godinho.**
 - 7. Deliberação n.º 137/18 – Proposta n.º 02/2018 – SMPCB – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Representante dos municípios no procedimento para a formação do respetivo contrato.**
 - 8. Deliberação n.º 138/18 – Proposta n.º 05/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”.**
 - 9. Deliberação n.º 139/18 – Proposta n.º 12/2018 – DAAE/SAEN – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “De Cor e Salteado”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído. **RETIRADA.****
 - 10. Deliberação n.º 140/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAAE/SAEN – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “Cantinho da Azeda”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído. **RETIRADA.****
 - 11. Deliberação n.º 141/18 – Proposta n.º 47/2018 – DCED/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby: Académica / Agronomia – Ratificação do preço de venda de bilhete.**
 - 12. Deliberação n.º 142/18 – Proposta n.º 48/2018 – DCED/GAJUVE – Aceitação de doações – Programa Municipal m@rço.28 – 2018.**

13. *Deliberação n.º 143/18 – Proposta n.º 49/2018 – DCED/SMBM – Doação de duas obras de arte ao Município.*
 14. *Deliberação n.º 144/18 – Proposta n.º 50/2018 – DCED/SMBM – Doação de documentos bibliográficos ao Município.*
 15. *Deliberação n.º 145/18 – Proposta n.º 51/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização das Comemorações do Dia Mundial do Acordeão – Setúbal 2018.*
 16. *Deliberação n.º 146/18 – Proposta n.º 52/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao 42.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal.*
 17. *Deliberação n.º 147/18 – Proposta n.º 53/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Setúbal Voz.*
 18. *Deliberação n.º 148/18 – Proposta n.º 54/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal.*
 19. *Deliberação n.º 149/18 – Proposta n.º 55/2018 – DCED/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios Financeiros – 2018.*
 20. *Deliberação n.º 150/18 – Proposta n.º 56/2018 – DCED/DISOC – Associação Centro Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. Apoio financeiro.*
 21. *Deliberação n.º 151/18 – Proposta n.º 57/2018 – DCED/DISOC – Centro Social e Paroquial de São Sebastião de Setúbal – Centro Comunitário. Apoio financeiro.*
 22. *Deliberação n.º 152/18 – Proposta n.º 58/2018 – DCED – Festa da Ilustração de Setúbal 2018 – definição de preços de venda ao público de material promocional.*
 23. *Deliberação n.º 153/18 – Proposta n.º 08/2018 – GVRO/DIEDU – Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2018-2019.*
 24. *Deliberação n.º 154/18 – Proposta n.º 10/2018 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela artista plástica Kamy Moser.*
 25. *Deliberação n.º 155/18 – Proposta n.º 11/2018 – DAAE/DIAES – Apoio financeiro à realização do Encontro Nacional do Apostolado do Mar em Setúbal.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de abril de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 02 de maio de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Paulo Lopes e Fernando Monteiro, por não terem estado presentes nesta reunião.

3. Deliberação n.º 133/18 – Proposta n.º 33/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alterações dos fundos de maneiio da Casa do Largo – Pousada da Juventude, DOM/DITEM e DOM/DIOAD

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

4. **Deliberação n.º 134/18 – Proposta n.º 34/2018 – DAFRH/DIGEF – 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipais e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

5. **Deliberação n.º 135/18 – Proposta n.º 13/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Implementação da Estratégia Municipal para Uma Mobilidade Segura e Sustentável Para Todos nas Zonas Balneares de Setúbal – Condicionamentos de trânsito na EN 379-1 e acessos às praias da Arrábida – Época balnear 2018**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 22.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Esta proposta que hoje nos é apresentada para discussão, proposta de estratégia e mobilidade para as zonas balneares de Setúbal, é um documento que entendemos útil, é um documento que do ponto de vista técnico não tem grandes reparos, aliás, a sua apresentação foi feita com muito mérito pelos técnicos da Câmara Municipal, embora tenha sido uma apresentação só técnica, sem que fosse possível propormos na altura qualquer alteração e hoje estamos aqui a discuti-la, que é onde podemos efetivamente fazê-lo.

Cria-nos, no entanto, este documento algumas dúvidas relativamente a algumas propostas que são contempladas para a resolução de um problema que nós entendemos ser difícil, um problema de grande complexidade como é a mobilidade nas estradas da Figueirinha e da Arrábida.

Temos sérias dúvidas quanto à implementação de um serviço de transportes públicos fiáveis e de qualidade, reconhecendo nós que o histórico dos transportes públicos no concelho de Setúbal, não nos diz isso. Temos dúvidas que este plano consiga transpor para uma postura diferente daquilo que é a realidade dos transportes públicos na nossa cidade, e gostaríamos que isso acontecesse, mas temos sérias dúvidas que essa legitimidade, que todos temos, e de quem efetivamente fez este plano também tem é que isso aconteça e questionamos essa medida.

Sabemos que sem transportes públicos de qualidade, com carreiras regulares e com preços acessíveis, toda a estratégia do plano cai por terra.

O objetivo principal é que as pessoas possam ir à praia usando o transporte público e não podendo usar a sua viatura particular, mas não havendo essa capacidade de transportes públicos que possa transportar as pessoas de uma forma prática, regulável e a preços acessíveis o plano deixa de fazer grande sentido.

Sabemos também que a necessidade de criação de estacionamento de retaguarda permite a quem pretende usar esses estacionamentos, estacionar a sua viatura e aceder a esse transporte público de uma forma rápida. Temos também dúvidas que a Câmara Municipal consiga implementar e tenha capacidade de executar essas soluções num prazo razoável e que entendemos que ao ser implementado já no dia 1 de junho será efetivamente muito difícil. Este é o ano zero do plano, mas têm que estar criadas as condições mínimas, pelo menos, já que se não poderem ser as máximas que todos pretendemos para que o acesso à praia se possa fazer de uma forma prática e sem grandes constrangimentos.



Da análise que fizemos a este documento e da apresentação que foi feita, encontramos algumas medidas com as quais discordamos. Discordamos com a interdição da circulação nos dois sentidos dos automóveis ligeiros entre o troço do estacionamento da Figueirinha e a do Creiro.

Entendemos que esse constrangimento e essa proibição não traz qualquer vantagem para as praias, para os utentes, para a circulação e entendemos sim que a proibição de estacionamento total seria um benefício e nós concordámos com ela, mas na proibição de circulação não vemos qualquer vantagem que aconteça.

Somos contra também, e não entendemos as tarifas que foram apresentadas, entendemos que devem ser encontrados uns valores de parque tarifado, como acontece atualmente, por exemplo, no estacionamento do Creiro. São tarifas que se enquadram dentro daquilo que é a realidade das necessidades das famílias setubalenses, porque tarifas de valor de 3 euros, no máximo por dia, são tarifas razoáveis, se considerarmos que hoje não se paga para as famílias setubalenses.

São estes dois pontos principais e as principais medidas que nos divergem daquilo que é o plano apresentado. Propomos, Sra. Presidente, que sejam tomadas em consideração estas duas medidas que nós propomos e que possam ser contempladas neste plano afim de nós podermos subscrever e votá-lo integralmente.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Relativamente a esta proposta, entende o PSD que, tecnicamente, também não temos nada a apontar, foi um trabalho árduo e realizado pelos técnicos e sobre isso nada a dizer.

Agora, há aqui questões que se levantam relativamente a este plano e pretende-se ter as praias acessíveis a todos os setubalenses. Tenho dúvidas que este plano, nos termos em que está formulado, garanta esse acesso a todos os setubalenses e isto porquê? Em função dos valores que estão aqui em causa, quer das tarifas para o parque de estacionamento, quer dos valores dos bilhetes dos autocarros, diria mesmo que a uma família de cinco pessoas fica-lhe mais barato ir de carro e pagar o estacionamento do que ir de autocarro para a praia. Estamos a falar de uma diferença bastante considerável.

Posso dar, a título de exemplo, alguns valores para se perceber o que estou a falar. Na época alta, o valor por dia de estacionamento é de 6,5 euros, mas se uma família com cinco pessoas for 30 dias para a praia gastam em estacionamento 195 euros. O vizinho do lado que tem uma família também composta por cinco pessoas, mas que vai de autocarro os mesmos 30 dias na época alta, se forem todos adultos, gasta 705 euros, mas se considerarmos dois adultos e três crianças, as crianças dos quatro aos doze anos pagam apenas 50%, gastarão 493 euros.

Este plano significa que passa a ser mais barato a uma família de quatro, cinco ou três pessoas, ir de carro para a praia do que ir de autocarro. Para além disso, o grande problema da Arrábida e do seu acesso está efetivamente no estacionamento e resolvendo-se esse problema, do meu ponto de vista, não há necessidade de proibir o trânsito naquela estrada e aí concordo com o PS.

O trânsito pode circular, as pessoas podem passar no carro, não podem é estacionar, e isso é que não pode ser permitido e deste que haja a devida fiscalização e outras medidas que, aliás, estão aqui previstas e bem para impedir o estacionamento, não vejo qual é o problema em as pessoas passarem na estrada de carro de Setúbal para o Portinho ou vice-versa.

Por outro lado, também não concordamos que o estacionamento na Figueirinha seja tarifado, os setubalenses já têm tarifas a mais e pesadas, impostos a mais e pesados, e podia aqui existir algum alívio para as famílias que se deslocam à praia não terem que ter esta despesa.

Quero ainda perguntar, se o horário das cancelas, no parque estacionamento, é das 7h00 às 20h00? Antes de dizer o que vou dizer a seguir, se a Sra. Presidente me poder responder



antes de terminar a minha intervenção, se no horário fora das 7h00 da manhã às 20h00 se as cancelas estão abertas ou estão fechadas?

Fiz uma pergunta e se a Sra. Presidente quiser responder já, responde, se não quiser, não responde.

Sra. Presidente da Câmara – Já respondo depois a toda a questão que colocou.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Porque escusava, se calhar, de dizer o que vou dizer a seguir.

Se estiverem abertas vou para lá às 6h00 da manhã e só saio de lá às 21h00 e não pago nada, se estiverem fechadas durante o período a seguir às 8h00 ninguém pode estacionar lá.

Sra. Presidente da Câmara – Você já respondeu.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Estão fechadas então?

Sra. Presidente – Claro.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Relativamente a esta proposta quero dizer que há aqui uma questão, são muitas páginas, porque razão é que em todas as carreiras existe a possibilidade de aquisição de bilhetes pré-comprados com um valor significativamente mais reduzido, exceto para a carreira 727, que é a carreira que vai de Brejos de Azeitão até ao Creiro? Haverá, com certeza, alguma justificação para isso, mas eu desconheço.

No ponto 10 diz o seguinte: *“Será considerada a atribuição de cartões a título excepcional, quando pedidos devidamente fundamentados e formulados por escrito.”*

Sabe que sou um bocadinho adverso a este tipo de redação usando, digamos, conceitos indeterminados, e gostava de saber que tipo de fundamentação é que o cidadão poderá usar para ter a atribuição de cartões a título excepcional? Só para ter uma ideia, porque isto a mim diz-me pouco, qual é a fundamentação para poder pedir a título excepcional....

Sra. Presidente da Câmara – Somos os dois advogados. Este é irmão deste. Acha que ia dizer tudo, não?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Então percebe o que estou a dizer. É porque isto depois fica ao critério discricionário de quem vai decidir, àquele posso atribuir e ao outro não. O que está aqui é isso que vai permitir. Gostaria, se me pudesse dizer e concretizar, se posso, eventualmente, ter que pedir algum dia e saber qual é a fundamentação que devo usar.

Depois há aqui uma outra questão, e a Sra. Presidente também é advogada, a exigência de documentação para se pedir os cartões, quer para habitação, quer para os comerciantes e concessionários, é a apresentação de cópia de cartão de cidadão e temo que isto não esteja bem de acordo com a lei. Está no ponto 8.

Como sabemos, a lei do cartão de cidadão impede... Senhora Presidente deixe-me concluir e depois dirá o que entender. Impede que exija, sem o consentimento do próprio, a entrega de cartão de cidadão. A pergunta é, se o cidadão se recusar a entregar cópia do cartão de cidadão, pode pedir ou não pode pedir o cartão? É-lhe concedido ou não lhe é concedido o cartão?

Se me disser que sim, qual é a necessidade de referir para entregar uma fotocópia que pode, eventualmente, vir a chocar com a lei ou pode, eventualmente, vir a ser recusado a sua entrega. Bastava não dizer nada e, portanto, recolhem-se os dados, como a lei diz, e não há necessidade da entrega de fotocópias do cartão de cidadão.

E para concluir, concordamos com algumas das medidas que estão aqui, nomeadamente no que diz respeito ao estacionamento até por várias razões, como as razões de segurança que é necessário e urgente por cobro ao que se tem vindo a passar. Mas entendemos que existem aqui muitas medidas com as quais não concordamos, nomeadamente que seja interdito o trânsito naquela estrada depois do problema do estacionamento estar resolvido.

Sr. Vice-Presidente – Este plano, no entendimento do Sr. Vereador Fernando Paulino, do Partido Socialista, suponho que está tecnicamente correto. Ouí dizer que concordava e que estava tecnicamente bem feito, e foi isso que fundamentou a decisão política de propor à câmara que retifique ou não a proposta política em termos de decisão política.

Reconhecemos todos que é preciso resolver o problema e restringir os riscos de acidente grave, de catástrofe, de permitir a circulação e que é obrigatório fazer alguma coisa e tem que se começar por algum lado.

Mas depois, segundo entendi, o Partido Socialista, pelo menos o vereador Fernando Paulino, não tem qualquer objeção a não ser a discordância com a proibição do estacionamento, concorda com o estacionamento sim, mas a circulação não. Foi o que disse. Está de acordo que se limite o estacionamento, mas não está de acordo que se limite a circulação.

Só há uma limitação de circulação entre o troço da Figueirinha e o Creiro, o resto da circulação mantém-se Setúbal-Figueirinha. Há ali aquele troço que em que é exclusivamente para o serviço, é o percurso de teste piloto, digamos assim, de utilização exclusiva em transporte coletivo. Ali só transporte coletivo.

Este é um objetivo que num troço daqueles em quem não tem outras implicações, nem há restaurantes naquele percurso que não possam ser servidos por transporte coletivo. É um troço que não tem habitação, não há utilizadores, é um excelente troço para experimentar o uso e o privilégio do transporte coletivo em vez do transporte individual, sem prejuízo das motocicletas, bicicletas, etc.. É um troço curto para experimentar a possibilidade de cobrir só com transporte coletivo, deixando o transporte individual, o automóvel.

Pensámos para uma família inteira, que normalmente não é para a família inteira, é para um, para dois ou para três lugares. Pode ser uma percentagem nos casos para um casal com dois ou três filhos e está o carro cheio, mas a maior parte dos casos se calhar não é, é apenas para uma ou duas pessoas. Normalmente não é para uma pessoa sozinha, é, pelo menos, para duas pessoas. Não é geral que um transporte individual corresponda a quatro lugares, não é geral.

Não concordou com isso e não concordou com o tarifário elevado no estacionamento. Tarifário elevado que foi acompanhado ali pela intervenção do Sr. Fernando Monteiro. Tarifário elevado? Por favor. Por favor.

Um tarifário que é para benefício exclusivamente individual de usufruto, de gozo, que não é de trabalho, de prazer, de lazer. Estacionamento na utilização do espaço público muito limitado, restrito, escasso a preços que são iguais ou que são incompreendidos na tabela de tarifário usado na cidade.

Os senhores dizem que isto é elevado, acho que isso é claramente uma vontade de corresponder a algum populismo, tudo é caro. Desde que seja para pagar, tudo é caro.

O privilégio de utilização do espaço público tão limitado, tão restrito para estacionar, e os senhores dizem que estes valores que estão aqui são caros, no meu entendimento é um disparate, porque estamos a tratar da utilização privada, a pessoa que lá está tem esse privilégio, num espaço público muitíssimo limitado, muitíssimo escasso.

Estar lá o dia inteiro por 6,00€ é caro? Por amor de Deus. Claro que não é caro. O uso democrático? Está aqui a expressão neste regulamento ou nestas normas, que por acaso até podem parecer que é exagerado, porque o uso democrático das praias é a igualdade de



condições para que mais pessoas tenham acesso. Se estamos a oferecer a aposta principal, é um privilégio do uso do transporte coletivo para mais pessoas terem acesso às praias.

O Sr. Vereador disse que vai para lá às 6h00 da manhã, excelente. Então que vá para lá às 6h00 da manhã e paga com o incómodo o facto de ter privilégio de lá ter o carro estacionado na praia durante o dia inteiro.

Agora durante o período normal de utilização, este controle de tentar convencer as pessoas, mas se a proposta é tecnicamente boa a oposição devia colaborar nisto. O objetivo é colaborar, em termos de formação da opinião pública, que é mais vantajoso para todos, para não irmos já incluir neste debate as questões da pegada ecológica. Estamos só ainda no plano da contenção de riscos de catástrofe.

Há riscos de catástrofe, pelo facto de as pessoas terem direito ao lazer na praia e o Município de Setúbal não pode permitir que para se propiciar o direito ao lazer nas praias da Arrábida, se esteja a correr o risco de catástrofe enorme e patente. É evidente o que está ali, portanto temos que nos limitar.

Qual é a melhor solução? Do lado da bancada do Partido Socialista deduzo que a melhor solução era não impedir a passagem entre a Figueirinha e o Creiro, já lhe dei o argumento contrário, vamos lá experimentar isto para ver se é possível funcionar com transportes coletivos ou não.

Da parte do Sr. Vereador Fernando Monteiro a grande alternativa seria baixar os preços do estacionamento e aí já contrapôs esta questão, se os preços além de serem tabulados pelo IMT, não são livremente discutidos...

Em relação aos custos dos transportes de 4,10€ por pessoa, se forem quatro já são 16€. Está bem, mas comparado com quê? Se o senhor for para um hotel está a fazer contas ao preço do que gasta se for todos os dias? Também não estou a ver quem é que faz praia todos os dias e ir de carro? Mas fazer praia todos os dias e ir de carro, deixar o carro ao pé da praia é um privilégio que em qualquer parte do mundo, se calhar, se paga. Alternativas? Compare com outras coisas, então vá pagar hotel, quanto é que paga? Setecentos euros? Quanto mais? Temos que fazer comparações plausíveis.

Se o senhor calhar na situação atual é difícil, é muito difícil, a não ser que seja madrugador e vá para lá às 6h00 da manhã. É muito difícil fazer um mês inteiro de seguida de praia a levar o seu carro, esposa ou a família ou quem for e preencher o carro e estacionar lá o carro. Se calhar tem que se levantar ao nascer do sol.

Hoje não consegue, não é normal, então porque é que nós queremos propiciar isso pelo facto de o estacionamento ser mais barato? Quanto mais barato for menos alternativa é o transporte coletivo, essa é a questão. Queremos ou não queremos aliviar a carga de transporte individual automóvel?

Julgo que todos temos dito e reconhecido que é necessário isso para limitar risco de catástrofe, então o que é que fazemos para limitar? Proporcionar alternativa em transporte coletivo. A esta alternativa pode pôr a questão do preço, mas não é muito mais caro e nem mais incómodo do que a situação que temos vivido até hoje e até hoje é de fortes restrições. Quais dos senhores aqui, com honestidade, tem sentido vontade em ir todos os dias à praia e levar o automóvel, a sua família e chega lá e tem estacionamento? Quem é que se tem sentido à vontade?

Todos temos um constrangimento, já há muitos anos que nem me passa pela cabeça fazer isso, as últimas vezes o que tenho feito é ir até ao estacionamento da SECIL e depois vou de autocarro. É o que tenho feito nos últimos anos.

Agora não temos essa faculdade, mas também não estamos a limitar em geral um direito às pessoas de acederem à praia. Aqueles que acederem, pretendendo utilizar o transporte individual automóvel, pagam qualquer coisa por isso. Comparando isso com os custos do serviço que lhe está a ser prestado, não é nada. Não é nada. Só com muita boa vontade de

4

fazer algum populismo é que se diz que aqueles preços são elevados, basta comparar, o custo mais alto ou mais baixo com o custo de estacionamento na cidade em dia normal sem ser para lazer. Como é que nós, honestamente, podemos pretender que o custo para estacionamento, para lazer, para nos divertirmos, para passar uns dias de férias, deve ser mais baixo do que o custo para trabalhar durante todo o ano na cidade. Não é lógico e aí se justifica este tarifário.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Ó senhor vereador, em primeiro lugar não fique preocupado comigo, porque eu também não estou preocupado comigo, a minha preocupação é com o acesso dos setubalenses às praias de Setúbal, não é comigo. Lá me hei de desenrascar, permitam-me a expressão, que é uma expressão bem portuguesa.

O senhor vereador disse aqui coisas inacreditáveis, querem ir para a praia paguem qualquer coisinha por isso. Ó senhor vereador pagar qualquer coisinha por isso, tem que admitir que existem setubalenses que, se calhar, querem ir 30 dias para a praia, querem descansar, querem gozar as suas férias na praia e outros haverá que não. Não sou capaz de estar 30 dias numa praia, mas haverá setubalenses que, se calhar, vão todos os dias e mesmo que não possam ir um mês, poderão ir durante 15 dias.

Ir todos os dias de carro significa pagar 90 euros na situação mais em conta, porque se for na época alta são os 195 euros. Não é pagar qualquer coisinha para a grande maioria dos setubalenses e para quem ganha o ordenado mínimo não é pagar qualquer coisinha, senhor vereador, é pagar muito, muito mesmo.

Agora, diz-me assim, mas se querem ir de carro têm que pagar e quem não pode, não vai de carro. O problema é que quem não pode e não vai de carro e se for uma família com três, quatro, cinco pessoas têm que ir de autocarro e pagam mais, fica-lhes mais caro ainda do que ir de carro. É só fazer contas, os valores estão aqui, eu fiz as contas, o senhor vereador, com certeza, que também as fez.

Acaba por ficar mais caro a uma família setubalense, de fracos recursos, ir de transporte público do que ir de carro. Se estivermos a falar de uma só pessoa não será assim, como é evidente, mas as pessoas quando vão para a praia é quando estão de férias em família, não vai um, não é isso que acontece.

Não é, como diz, pagar qualquer coisinha, e que se forem para um hotel pagam muito mais. Quem tem condições para ir para o hotel, mas há muitos setubalenses que não têm e que sempre usaram estas praias e com este plano provavelmente não vão poder usá-las tantas vezes e vão ficar limitados no acesso às praias.

A questão do risco de catástrofe, que o senhor vereador diz que se reduz limitando o transporte individual, peço desculpa, mas não concordo, não é assim. O problema do risco de catástrofe existe e agrava-se e é muito grande, existindo o que existe hoje que é aquele estacionamento desordenado. Esse é que é o grande perigo, esse é que é o problema do risco de catástrofe, não é porque vão carros para o parque da Figueirinha que o risco aumenta, sempre foram. O parque poderá estar cheio de carros, não é por aí que o risco aumenta senhor vereador, é pela questão do estacionamento e este é que é o problema do acesso às praias em Setúbal, é o estacionamento desordenado, mesmo selvagem que se vê ali, pessoas que não respeitam absolutamente nada e põem os carros no meio da estrada que impede a passagem de uma ambulância, um carro de bombeiros e outra pessoa qualquer que tenha necessidade urgente de passar. Esse é que é o grande problema e esse é que é preciso resolver e resolvendo-se esse eu diria que, se calhar, está resolvido 90% o problema de acesso às praias e o problema de risco de catástrofe.

Não confunda as coisas, não tem a ver, não é porque temos menos carros no estacionamento que temos menos risco de catástrofe, é porque temos um estacionamento desordenado é que existe esse risco de catástrofe, foi isso que disse.

4

Permita-me que lhe diga o seguinte, não é por ir para uma praia que eu tenho que pagar mais, não é porque é para lazer que eu tenho que pagar mais, o lazer faz parte da vida dos cidadãos, o lazer é algo importante mesmo do ponto de vista da sanidade das pessoas. Então se eu vou trabalhar pago menos e se for por lazer, porque estou de férias, porque preciso de descansar (todos nós precisamos) tenho de pagar mais? Desculpe, mas não concordo com esta argumentação.

No meu ponto de vista, não digo como o senhor disse que é um disparate, não digo isso relativamente às suas intervenções, mas não concordo, porque acho que é uma argumentação falaciosa e fraca.

Quanto ao facto do transporte de autocarro ter que ser estes valores, porque existem umas tabelas impostas pelo IMT, já todos percebemos que vamos ter mesmo estacionamento tarifado, porque os senhores têm a maioria nesta câmara e ainda que toda a oposição vote contra, a proposta irá passar. Então usem parte desse valor para subsidiar uma parte dos autocarros de forma a diminuir os preços. Já que vão ter essa receita usem-na para isso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Vou pedir ajuda à Sra. Presidente, porque estou no executivo há relativamente pouco tempo e não tenho memória das anteriores épocas balneares e da sua discussão aqui no executivo. Pedia ajuda à Sra. Presidente e a todos os membros deste executivo que tiveram nos mandatos anteriores, embora recordo-me, quando em tempos tive responsabilidades na Assembleia Municipal, não ter presente qualquer discussão sobre isso. Sobre uma preocupação que aqui está presente, que o PS e o PSD apresentaram, embora penso que foi mais o PSD que se concentrou, de que não havia preocupação deste executivo com as pessoas com menores rendimentos para poderem ir para as praias, tendo em conta a limitação da circulação automóvel naquela zona, e de não nos preocuparmos com as pessoas que não podem pagar estes valores que estão previstos pelo IMT, pelo quilómetro em transporte coletivo público e que é excessivo.

Não me recordo de haver qualquer preocupação com os setubalenses que não têm carro nas épocas balneares anteriores. É que parece que acordaram agora.

Anteriormente já existiam setubalenses que não tinham rendimento para ter automóvel, ou porque não poderiam usar o seu rendimento para pagar combustível e tinham que aceder às praias e era este o preço.

Não me recordo em algum momento de ver aqui uma intervenção, por parte das pessoas destes partidos que estão no executivo, a criticarem o Governo, a criticarem o IMT pela tabela de preços dos transportes coletivos. Nem me recordo sequer das críticas quando esses transportes coletivos foram aumentados. É com algum espanto que vejo uma profunda falta de coerência com essa preocupação agora, de que o executivo da CDU está a impedir que as pessoas com menor rendimento possam aceder à praia.

A verdade tem que ser dita e tem que ser aqui assumida.

O facto, é que este executivo conseguiu assegurar que, em determinadas condições, o preço seja mais reduzido e que essas pessoas possam aceder a essas praias. Isto foi a preocupação deste executivo e está nesta proposta em concreto.

Por isso é importante, numa lógica que é a retórica que todos temos direito e utilizamos para chegarmos aos nossos objetivos políticos, que sejamos coerentes naquilo que é a nossa discussão na nossa argumentação e no uso da retórica.

Que afastemos alguns populismos e que se aproximam de contra informação e de passar informação adulterada à população relativamente à proposta e à possibilidade que a população de Setúbal hoje vai passar a ter de acesso àquelas praias.

Depois há aqui uma outra questão onde também tenho aqui uma dúvida, porque recordo-me de estar aqui na apresentação, que o executivo proporcionou para os eleitos municipais (eleitos da câmara e presidentes de junta) e tenho ideia que o estacionamento entre a praia



do Creiro e a Figueirinha, tendo em conta que é Estrada Nacional, é proibido salvo, se não estou em erro, em dois ou três sítios.

Tenho ideia que há um estacionamento autorizado para veículos de emergência na Praia de Galapos e que há depois um local onde se pode parar para cargas e descargas, também em Galapos, mais acima para servir aquele restaurante que não cumpre os critérios e que tinha ordens para encerrar.

Julgo que eram os únicos três estacionamentos que eram autorizados neste percurso todo, porque tudo o resto, ou é na via pública ou é na berma e em Estradas Nacionais não é possível estacionar na berma. É possível parar em caso de avaria, mas não é possível estacionar.

Portanto, a não ser que entendam que o estacionamento ordenado, mal comparado, é o estacionamento em cima do passeio, que é o que não é autorizado. Aquilo que acontecia, ano após ano, no troço entre a Figueirinha e o Creiro se resolvia com fiscalização. Uma fiscalização por parte de uma autoridade que, ano após ano, tem visto os seus recursos e os seus agentes reduzidos. Os recursos financeiros para poder fazer a fiscalização e o número de agentes reduzido para poder também fazer a fiscalização, mas resolver-se-ia tudo.

O impedimento do trânsito neste percurso é assegurado pela câmara gratuitamente com um vai e vem em transporte coletivo entre a praia da Figueirinha e o Creiro. Isto é impedir as pessoas de acederem à praia? Já agora, transporte gratuito que não cai do céu, tem que ser financiado. Alguém há-de pagar. Tenho ideia de que em parte será pago com alguns recursos que o ordenamento do estacionamento na Figueirinha irá permitir.

Naturalmente, soluções técnicas para a xico espertice há e muitas, que o senhor Vereador Fernando Monteiro aqui referiu e deu um exemplo de xico espertice, de chegar às 6h00 da manhã e sair depois das 8h00 da noite. Soluções técnicas para isso há muitas, e nem vale a pena estarmos aqui a discutir, mas aconselho a estacionar nalguns parques de estacionamento, por exemplo, em Lisboa na cidade universitária em espaços que estão entre cancelas em períodos que o estacionamento não é pago e veja lá se paga alguma coisa ou se não paga e como é que são as cancelas e isso tudo.

Soluções técnicas para isso há e muitas, esse não é o problema. Será mais democrático e mais acessível o acesso à praia se uma pessoa ou uma família chegar à Figueirinha e estacionar e ficar ali o dia todo. É mais democrático o acesso e assim permitimos que todas as pessoas que queiram aceder à praia ou o maior número de pessoas, porque nem todas conseguem aceder à praia infelizmente, que possam querer aceder à praia não o possam fazer, uma vez que há quem ali hoje estacione e fique o dia todo. Já para não falar dos problemas de outras viaturas que nem podem ali estacionar, mas que ficam ali a ocupar o estacionamento da Figueirinha e a impedirem que as pessoas possam estacionar.

Por isso é que eu compreendo esta preocupação do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que têm muita dificuldade em criticar esta proposta e vão buscar alguns elementos de cariz mais populista para a criticar, caindo na incoerência de que o que propõem não sabem bem o que é.

Sr. Vereador Pedro Pina - Só para dizer que, de facto, fiquei atónito por o senhor Vereador Fernando Monteiro ter ficado tão aguçado com aquilo que é o salutar debate político, independentemente das circunstâncias.

Primeiro quero-lhe perguntar quem é que são os selvagens? Se também são setubalenses ou azeitonenses ou se somos todos? Quem é que são os selvagens?

Porque por um lado há um discurso profundamente benemérito que é *“coitados de todos, que não têm agora nem meios, nem recursos”*, quero-lhe lembrar que o senhor faz parte de um partido que impôs aos portugueses a maior carga fiscal, e para os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, Sr. Fernando Monteiro, como é que fazem férias? E as pessoas que têm vínculos precários, como é que vão fazer férias? O senhor consegue fazer uma extrapolação e queria pegar aqui nas palavras do meu colega Ricardo Oliveira, profundamente demagógicas, aliás, é uma demagogia pura.

Quero recordar as primeiras interpelações que sem prejuízo da discussão que deve acontecer, da propositividade que deve acontecer, dos contributos que devem acontecer, porque aceita-se tecnicamente que hajam questões que têm que ser reajustadas e decorrem naturalmente de quem trabalha nestes processos, mas que politicamente das decisões que possam ser repensadas. Faz parte, e ainda bem que assim existe em democracia para poderem ser consideradas até propostas e contributos que objetivamente aqui não aconteceram, exceção feita aquela proposta que o Partido Socialista faz e que não é uma contraproposta, diz apenas que discorda, mas não existem propostas objetivas para aquilo que é o caderno de trabalho que aqui acontece.

Não há propostas, e não houve, que eu saiba, da parte do Partido Socialista que esteve presente... Eu desconheço Sr. Vereador Fernando Paulino, aliás desconheço que tenha havido propostas e que tenha havido contributos objetivos até, por exemplo, relativamente ao processo do estacionamento da Figueirinha.

Como sabe é uma discussão pública, não sei se o Partido Socialista já deu os seus contributos e as suas propostas.

Acho profundamente demagógico, sobretudo demagógico no sentido de falar e achar que estamos a apelar à sensibilidade das pessoas, querendo dar à Câmara Municipal uma responsabilidade pelos fracos recursos financeiros que as pessoas auferem, resultado dos seus vencimentos, e dizer que é a Câmara Municipal que inviabiliza que estas pessoas possam ter acesso ao seu período de férias. Acho profundamente demagógico, porque é falso dizer e querer imputar esta responsabilidade à Câmara Municipal é, de facto, arrojo, é demagogia, é populismo.

Como disse aqui o vereador Ricardo Oliveira, e muito bem, e como disse o vereador Manuel Pisco, era importante que sem prejuízo das divergências e dos contributos que cada força partidária pudesse dar, que o único reconhecimento que há aqui e que nós percebemos é valorizar. Nós também valorizamos embora com outra disposição, aquando da apresentação da proposta de requalificação do parque da Figueirinha. Já nessa altura, a proposta tinha condições técnicas, mas, nessa altura, levantou-se aqui um frenesim e a única coisa que foi dita *“Lá está a Câmara Municipal a tarifar os setubalenses”*. Pode ir ver em ata senhor vereador, foi dito nesta reunião de câmara.

Há um problema que é complexo, há aqui uma proposta integrada, ao contrário daquilo que os senhores aqui diziam. Há aqui uma proposta integrada que considera diferentes variáveis para poderem encontrar soluções para um problema que tem uma complexidade muito grande face àquilo que são as características das praias de Setúbal. É muito complexo e aquilo que nós assistimos é uma utilização para poder considerar questões como aquelas que foram aqui trazidas, *“estão a impedir os setubalenses”, “é um tarifário impensável de poder ser atribuído para chegar às praias”*. Não é aceitável. Não é aceitável que, num quadro de uma discussão como aquela que nós estamos aqui a ter, que numa discussão em que este executivo municipal consegue dar um solavanco e tentar começar a rearrumar definitivamente aquilo que é um processo de décadas. E mais do que isso, é acima de tudo tratar com dignidade, não só as praias, mas também tratar com dignidade as pessoas.

Sobre essa matéria até acho que era prudente que o PSD cuidasse da forma quando fala dos rendimentos das pessoas e que o Partido Socialista se acautelasse.

O que está aqui em cima da mesa é uma discussão que me parece que deve ser feita de uma forma muito rigorosa, já foi dito que tecnicamente está muito bem cuidada e acho que a Câmara Municipal tem percorrido as diferentes etapas para os diferentes momentos por forma a valorizar aquilo que de melhor este município tem para oferecer aos setubalenses, aos azeitonenses e a todos aqueles que nos queiram visitar com a dignidade e com a exigência que se exige, salvaguardando sempre o bem-estar, o bem-estar ambiental e o bem-estar de todos aqueles que queiram frequentar as praias da cidade de Setúbal.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – No geral há um acordo com o projeto, que é ótimo, de qualquer maneira há aqui uma questão que acho que se devia ter em conta, uma vez que é um projeto piloto.

Estamos com um ano de praias, a câmara tem finalmente as possibilidades de gerir as praias, há dezenas de intervenções que estão a ser feitas neste momento e que eram talvez mais relevantes que outros assuntos que estamos aqui a falar serem tratados, mas estamos a tartar deste e estamos a procurar encontrar linhas de mobilidade, para já de emergência.

Creio que é evidente que, ao contrário do que aqui foi dito, acho um pouco irresponsável, naquela situação que tínhamos até este ano e que estávamos na iminência de catástrofe. Tem que acabar definitivamente o confiar na sorte para ver se não acontece nada, porque a seguir morrem pessoas.

Esta medida de emergência é uma medida que é absolutamente indispensável, associada a um projeto piloto em evolução.

Já foi dito na outra reunião que o objetivo futuro, era libertar a estrada nos dois sentidos, mas é preciso saber, para a demagogia não funcionar assim, que a maioria das famílias não tem um motorista para as deixar lá. Então, se os carros circulam, mas não podem estacionar, alguém pega no carro vai levá-los e depois vai deixar o carro e apanhar um autocarro para ir ter com a sua família. Portanto, não façamos demagogia. No futuro, em qualquer circunstância, a questão da mobilidade pública vai ser essencial, sempre essencial.

Quero deixar claro isto, com esta medida e com este projeto-piloto em que estamos a criar condições materiais e físicas para minimizar qualquer hipótese de catástrofe ali e isso vale mais que todas as considerações, porque trata-se de impedir que hajam vidas perdidas naquele tipo de situação que tem sido gerado todos esses anos. Esta era a primeira questão.

A segunda questão prende-se com a democratização do acesso que é feita pela possibilidade de mais pessoas chegarem, porque o que temos hoje é que chegam “X” carros e impanca tudo e até temos praias, por vezes, não tão ocupadas quanto isso, com mais capacidade de ocupação, mas não podem ser ocupadas, porque ninguém lá chega.

Creio que esta linha de trabalho permite também uma maior acessibilidade.

Também quero chamar a atenção para as despesas e para os danos colaterais. Uma pessoa que vai de carro, que está duas horas metida numa fila, além do stress, além do gasto de combustível, além da poluição naquela zona que é brutal, tem um custo acrescido no uso do seu automóvel que não é compatível com aquelas continhas simples.

Em relação ao futuro também é preciso não esquecer que estão a ser encaradas hipóteses de mobilidade, também pela via marítima, e que tem que se encarar várias soluções de mobilidade, várias soluções de estacionamento e que estamos numa linha de trabalho de projeto-piloto. Tendo em conta isso, acho que este projeto devia avançar, devia se ver o impacto dele, ver se há correções a fazer no seu andamento e no final da época balnear termos uma avaliação dos resultados obtidos, as correções necessárias etc..

Digo isto assim porquê? Porque até hoje ninguém, mas ninguém apresentou uma proposta alternativa a esta. Ninguém, mas mesmo ninguém apresentou uma proposta alternativa para evitar a catástrofe que ali podia acontecer.

Em relação a esta única proposta que existe, acho que seria normal é que todos se unissem à volta da mesma no sentido de encontrar depois no futuro as correções e os encaminhamentos necessários sem previsões sobre experiências ainda não feitas e sem cálculos ainda não realizados.

Julgo que devíamos avançar para esta proposta, porque ela serve, de facto, as necessidades identificadas e o futuro depois dirá da sua evolução, da sua correção e da sua melhoria.

Sra. Presidente da Câmara – Como já vamos na segunda volta ou na terceira quase em relação a esta questão, agradeço que sejam cada vez mais breves e que só acrescentem coisas novas.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Senhora Presidente, julgo que as minhas intervenções não têm sido muito longas. Evidentemente que depois de algumas intervenções feitas aqui, não poderia deixar de usar o contraditório, portanto, manifestar e esclarecer até algumas coisas que aqui foram ditas.

Até já nem vou falar relativamente à intervenção, não é por menos respeito pelo vereador Ricardo Oliveira, vou já passar para intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, e começava por lhe perguntar se acha que o que está nestas fotos, que está neste documento, é um estacionamento civilizado? Ah, pensei que achasse isso.

Quando o senhor fala de demagogia, de populismo, é exatamente isso o que está a fazer, um estacionamento desordenado é um estacionamento que vemos de muitas viaturas na praia da Arrábida é um estacionamento selvagem que não respeita minimamente as regras de convivência e sem convivência numa sociedade.

Uso as expressões que entendo.

Não são os setubalenses e não são os azeitonenses, é o estacionamento que não está de acordo com as regras e que não respeita os restantes cidadãos. É de alguém que estaciona e que só pensa nele e no bem-estar dele e não no bem-estar coletivo.

Já estamos habituados, pela maioria, cada vez que vem aqui uma proposta e que nós não concordamos, mas que manifestamos a nossa opinião, em primeiro lugar vêm logo com as questões do Governo e o PSD e os governos do PSD. Não estou a tratar aqui de questões nacionais, não sou deputado da Assembleia da República, não sou ministro, não sou secretário de estado, nunca fui, nunca virei a ser e, portanto, sou vereador na Câmara Municipal de Setúbal, trato de assuntos deste município, apenas e só.

Se quiséssermos falar de falta de coerência, populismo, demagogia, que à partida neste país por acaso há um, mas, para além desse outro, qual é o partido mais populista e demagogo que existe neste país? É o Partido Comunista Português. Para além do Bloco de Esquerda, é o Partido Comunista Português. Quanto a isso nenhum cidadão neste país terá dúvidas a não ser os militantes do Partido Comunista.

O seu próprio discurso, foi um pouco o discurso populista e demagogo, não disse nada de novo, os números estão aqui e é só fazer contas e os rendimentos dos portugueses são sabidos. Todos sabem quais são os rendimentos dos portugueses ou não? É difícil? Quem decide é a entidade patronal, o Governo só decide a remuneração mínima nacional, mais nada e, portanto, o resto é a entidade patronal que decide e depois há as convenções coletivas de trabalho e uma série de coisas.

Não vale a pena estarmos a ir por aí, senhor vereador, restrinja-se à proposta e a proposta é esta e com esta proposta vão existir limitações de acesso à praia por parte de alguns setubalenses, não tenha dúvida absolutamente nenhuma, basta fazer as contas senhor vereador.

Depois não venha dizer, Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que o que seria normal é que todos se unissem em torno da proposta. Ia dizer uma coisa, que já me arrependi e não digo, mas depois posso-lhe dizer em privado.

Não! Não temos que estar unidos dessa forma que o senhor pretende em torno da proposta, temos que analisar as propostas, discuti-las, manifestar a nossa opinião e discordar delas quando temos que discordar.

Aqui não há nenhuma obrigação como existe noutros organismos, que o senhor conhece bem, em que tem que haver unanimismos, todos temos que estar de acordo com tudo. Era o que faltava, era o que faltava. Tenho o direito de manifestar a minha opinião e de dizer que estou contra ou que não concordo com isto ou com aquilo e não venha pedir como se fosse normal os unanimismos. Isso não é normal, em democracia e no debate democrático o que é normal é que discordemos, porque se todos pensarmos da mesma forma, provavelmente, não evoluímos, aliás, há um filósofo que diz que *“não há desenvolvimento sem contradição”*. É na contradição que está o desenvolvimento, é no debate, na discordância que a sociedade avança e não no unanimismo.

Por último, só para terminar e indo de encontro ao pedido da Sra. Presidente, só quero recordar que fiz duas perguntas, provavelmente, a Sra. Presidente responderá, mas como o

debate foi longo e só para não haver algum esquecimento relativamente à questão, por que razão é que em Azeitão não existe a tal exceção e não se esqueça da questão do conceito indeterminado e da fundamentação que eu gostava muito de saber.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Julgo que estamos todos unidos em torno deste projeto, desta proposta e, por isso, é que o PS propôs uma alteração, nomeadamente na questão dos sentidos de trânsito naquele troço e na questão do estacionamento tarifado.

A questão do estacionamento tarifado, ao contrário do que o Sr. Vereador Manuel Pisco aqui disse, não pensamos que o estacionamento tenha que ter o mesmo valor do que o estacionamento na cidade, especialmente na zona vermelha.

O estacionamento na cidade pretende uma rotatividade do lugar e na praia, obviamente, ninguém quer uma rotatividade, ninguém vai para a praia meia-hora, ou quinze minutos, ou uma hora, as pessoas vão uma manhã, ou uma tarde ou o dia inteiro por norma. Esse conceito de rotatividade aqui não existe.

Também temos que pensar em termos de estacionamento e como o senhor disse que há pouca oferta e muita procura, então carrega-se nos preços. Bom, isso até é um argumento capitalista, profundamente capitalista.

Não me parece que seja esse o seu conceito, mas o que é um facto, é que disse que a oferta é muito reduzida, mas a oferta ser muito reduzida não implica que o preço tenha que ser muito elevado. Isto é na economia do município, que entendo que deve ter valores equitativos.

Se falarmos do que são os custos dos estacionamentos, por exemplo, das praias da região, não há nenhum que conheço, e é uma verdade que não conheço todos, que custe 9 euros por dia. Por exemplo, ir ao Meço é muito mais barato, ir à Caparica é muito mais barato, até ir à Comporta o custo de um dia de estacionamento é menos que os 9 euros.

Senhor vereador, vou de carro, tal como estes que vão estacionar na Figueirinha também vão de carro. Para a Comporta não vou de transporte público, como é óbvio, porque não existe. Mas este preço não é para subsidiar o valor dos transportes públicos, os senhores assumiram aqui também que esse valor é imposto através de um cálculo pelo IMT.

O Partido Socialista propôs estas alterações e dizer que também havia uma terceira que acho que devia ser repensada, porque todos os parques de estacionamento de retaguarda estão na União de Freguesias de Setúbal, ou seja, estão apenas numa parte da cidade.

Em São Sebastião, pelo que percebi, não existe nenhum parque de retaguarda, e é o sítio que, em termos populosos, não sei se não faria sentido espalhar os parques de retaguarda pela cidade. Porque é que estão todos na União de Freguesias? Porque é que, por exemplo, não existe um parque em São Sebastião?

O do Alegro é São Sebastião, mas está ali mesmo no limite, isso é um preciosismo, porque está a menos de 500 metros do outro parque da Várzea. Quem está, por exemplo, na Tetra, ou quem está na Olga Morais Sarmiento ou afins tem de apanhar o autocarro para o parque, tem de apanhar do parque que está no outro lado da cidade para ir para a Figueirinha e depois tem que apanhar o vaivém. Bom, se pensarmos nisto, se calhar, estamos a afastar as pessoas de irem neste percurso todo complexo.

Já que o Sr. Vereador Fernando Monteiro falou e também o Sr. Vereador Ricardo Oliveira falou em demagogia, não é para fazer agora e é um discurso difícil de fazer, porque rapidamente se corre para a demagogia e para o populismo, mas no futuro e porque estamos a votar aqui um projeto-piloto de ano zero e por isso também entendemos que não devia ser tão radical nalgumas propostas, mas no futuro, eventualmente, vamos ter que começar a pensar caso a pressão turística continue sobre as praias, como é que é em relação aos residentes de Setúbal, se não deviam ter uma discriminação positiva em toda esta matéria. Atenção que não estou aqui a falar de nascidos ou isso, não alinhio nesse discurso, os residentes de Setúbal porque é que não deverão ter uma discriminação positiva no acesso às praias.

É que existe aqui um complexo em Setúbal em relação a Troia, quer se queira, quer não, existe esse complexo, esse sentimento de perda de acesso a Troia que foi altamente condicionado e é importante também que não se crie um sentimento de perda dos residentes em Setúbal e Azeitão em relação às praias da Arrábida. Essa discriminação positiva, que pode ser quase simbólica, pode ser importante para se manter esse reforço dos residentes em relação às praias que são de todos, porque Setúbal é um concelho aberto, é um concelho que quer receber turistas, mas não pode negligenciar também os residentes.

É uma discussão para o futuro consoante a evolução também que a carga turística nas praias possa ter nos próximos anos.

Sra. Presidente da Câmara – Estando na generalidade de acordo com tudo aquilo que os meus camaradas disseram, quero começar por saudar e agradecer muito o trabalho feito pelos técnicos da Câmara Municipal. Estão aqui dois responsáveis, o Eng.º Madeira, que é o chefe de Divisão do Planeamento, e a Eng.ª Fátima Nogueira, que é a coordenadora da área do trânsito e de outros processos complicados, portanto, dizer-vos através dos dois que é uma equipa multidisciplinar fantástica, agradecer muito o trabalho de meses que foi feito dentro da Câmara Municipal ao passo que noutras câmaras se privilegia, digamos, a contratação ao exterior para se fazer um trabalho desta natureza.

Portanto, está aqui um trabalho fantástico e exemplar, foi aqui reconhecido por todos os vereadores, incluindo os vereadores da oposição que disseram que, em termos técnicos, nada a apontar, o que reforça estes parabéns pela qualidade do trabalho que está feito. Pese embora esta qualidade, também já foi aqui dito, que estamos numa experiência-piloto, que vocês também já colocaram de que nas reuniões que nós tivemos com os senhores vereadores, com as juntas de freguesia e com todas as entidades externas que são parceiras neste projeto e que foram vinte e tal entidades externas com quem vocês trabalharam e tanto que foi feita esta apresentação depois do trabalho exaustivo durante meses com eles. Foi aqui já realçado que se houver algumas alterações, com toda a certeza, depois na prática, na concretização deste projeto se verá se há algumas coisas a acertar, desde horários, a preços, a exceções, a tantas outras complicações como aquela que o senhor vereador aqui colocou em relação ao ponto 10, o que ele sabe também eu sei.

Se ele soubesse já o que é que era excepcional, podia ser que arranjasse ali alguns clientes. As excecionalidades são estas, vão ser aqui colocadas e vamos pedir dentro das excecionalidades.

Excecionalidades são excecionalidades e está previsto em todos os códigos legais. Há excecionalidades em todos os códigos, tudo aquilo que a lei de um modo geral não prevê, recorre-se ao artigo da excecionalidade, que é o que aqui está e muito bem.

Há casos e casos e, portanto, nós temos que ver às vezes coisas impensáveis e não nos passava pela cabeça que alguém pudesse vir a solicitar um cartão por este ou aquele motivo. Naquela situação concreta, temos que ir ao artigo 10.º e enquadrar nesta situação.

É incrível que durante tantos e tantos anos em que cá esteve o Partido Socialista na gestão desta Câmara Municipal, nunca tivéssemos ouvido falar que estivessem preocupados com aquilo que se passava na Figueirinha e em Albarquel. Nessa altura a praia de Albarquel era muito pior na sua gestão comparado com aquilo que é hoje, não tinha acessos, quase que não tinha utentes, era uma situação horrível. Nunca ouvimos falar do Partido Socialista e do Partido Social-democrata que também teve responsabilidades nesta câmara, preocuparem-se com a questão dos estacionamento, nunca foi colocada sequer essa questão, a forma de regular a utilização rodoviária daquela zona. Nunca ninguém ouviu dizer que o Partido Socialista se preocupava pela qualidade do ar e como as pessoas chegavam às praias. Nunca se preocuparam em perguntar às entidades oficiais que tinham a gestão das praias, caso surgisse algum acidente ou um fogo como é que resolveriam. Nunca questionaram, como é que escandalosamente não existia saneamento básico nas praias.

Está toda a gente preocupada com custo do estacionamento! Fizemos estimativas em relação a uma série de praias no nosso distrito e concluímos que são dos preços mais baixos. Pode não ser o mais baixo, mas são dos mais baixos. Nos municípios em que os senhores têm agora as presidências das câmaras, porque é que taxam? Porque é que têm estacionamento tarifado nas praias onde os senhores têm as presidências das câmaras? Nunca vos ouvi dizer que fossem a esses municípios dizer "*Coitadinhos dos utentes destas praias, que não têm dinheiro suficiente para pagar o estacionamento*". Nunca vos ouvi colocar alguma questão nos municípios geridos pelo PSD ou pelo PS, de quanto é que as pessoas ganham de ordenado, como é que chegam às praias e como é que estacionam os carros. Digam-me, porque não me disseram ainda aqui!

Fico muito satisfeita por saber que a Câmara Municipal de Setúbal tem técnicos excelentes, que sabem ter parceiros à altura para chegar a estas conclusões.

Esta demagogia política é um desastre. O que é que vocês fazem nos municípios que têm a gestão?

O que é que fizeram aqui para o estacionamento que existia e para a sujidade que existia em Albarquel?

Lembram-se como é que era Albarquel e quando cá estiveram, o que é que fizeram?

Quando é que colocaram o saneamento nas praias?

Sabiam que os esgotos estavam a sair para dentro das areias?

Sabiam que neste momento, o vosso município, entre despesas já concretizadas e despesas a concretizar até final do ano, está em um milhão de euros?

Sabiam que aquilo que vamos cobrar no estacionamento não chega a cinquenta ou sessenta mil euros?

Não estão interessados em saber!

Nós dissemos isso na apresentação convosco, significa que vocês tiveram toda essa informação. Não ficaram sensibilizados?

Poderiam pelo menos dizer, que passámos a ter mais pontos de água para as pessoas utilizarem, para lavar os pés, beber água, etc., etc...

Alguns sítios não tinham saneamento básico, mas ninguém refere isso aqui! Porquê?

Não interessa, porque a demagogia em relação à tarifa, em relação ao estacionamento é mais que muita. Estamos preocupados em relação a isso tudo, como estamos nos outros sítios.

Em relação ao transporte público não, não é verdade que as pessoas não possam levar o seu carro, deixar a sua família e possam voltar para um parque de estacionamento, de modo a que isso possa desonerar o custo da ida à praia. Se as pessoas tiverem viatura e tiverem quatro ou cinco familiares no carro, podem deixá-los na praia e depois terão que deixar o carro no parque de estacionamento e apanharem o respetivo transporte.

Em relação à redução dos pré-comprados dos Brejos, ainda não sei se fica assim, porque ainda estamos em negociações. Ainda não sei se há redução dos Brejos para as praias naquele troço entre o parque do morango até ao Creiro. Acho difícil não haver redução, mas a engenheira Fátima Nogueira pode dar uma ajuda.

Sra. Eng^a. Fátima Nogueira – (gravação inicialmente inaudível) se fizerem compra prévia dos pré-comprados, obviamente que podem utilizá-los a bordo, por isso é que não está definido a situação dos pré-comprados em Brejos de Azeitão, porque os TST não têm locais onde se possam comprar os pré-comprados antes de entrar para o autocarro em Azeitão. Se a pessoa vier a Setúbal e fizer a compra dos pré-comprados podem utilizá-los nas carreiras normais que partem de Azeitão.

Sra. Presidente da Câmara – Em relação ao preço do bilhete. O preço não é fixado pela Câmara Municipal, mas pelo IMT, pela Câmara Municipal é fixado o parque de estacionamento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – O Partido Socialista fez duas propostas de alteração a esta proposta. Acabar com interdição de circulação entre o Creiro e a Figueirinha e reduzir o valor da taxa de estacionamento na Figueirinha.

Sra. Presidente da Câmara – Quanto ao valor da taxa, não é possível reduzir. Em relação à interdição de circulação entre Figueirinha e o Creiro, aquilo que o senhor Vereador sugere não pode ser feito, porque as pessoas não vão circular e acabam por parar e não temos o número de agentes suficientes para que possam tomar conta daquele troço. Já é difícil colocar um agente autorizado nas pontas e colocar vários agentes ao longo daquele troço, para impedir que as pessoas estacionem é situação impossível. Nem a GNR tem agentes de autoridade suficientes para colocar nas pontas dos respetivos troços, quanto mais para colocar no meio. Como o senhor Vereador deve calcular, não havendo quem esteja a tomar conta certamente que irão estacionar.

Quanto ao regime gratificado somos nós a pagar. Para um melhor esclarecimento solicito a intervenção da senhora engenheira Fátima Nogueira.

Eng.ª. Fátima Nogueira – Durante a época balnear a Câmara vai despende um valor considerável, que não vou dizer aqui por uma questão de cortesia, só para as pontas, quanto mais ter um agente de 100 em 100 metros, porque só dessa maneira é que iríamos conseguir disciplinar o estacionamento e evitar que as pessoas estacionassem na berma e de alguma forma conseguirmos ter a passagem dos dois vaivéns que se irão sempre cruzar-se naquele troço e que a aposta do transporte público possa ser fiável como inicialmente se estava a pôr em causa, porque com o estacionamento nas bermas não há transporte público que resista.

Sr. Vereador Fernando Paulino – (intervenção inaudível) Na Praia da Rainha, na Costa da Caparica custam 1,20€ e são consideradas as praias mais caras e são preferidas, porque têm segurança e limpeza... (intervenção inaudível).

Sra. Presidente da Câmara – Peço desculpa, mas tenho dúvida que seja assim. Moro lá perto e vou saber se isso é verdade.

Sr. Vereador Pedro Pina – O Sr. Vereador conhece o estacionamento que está a referir? Não! Obrigado.

Sra. Presidente da Câmara – Se quiser comer terra e pó! Acha que é igual a este que estamos a taxar?

(Gravação inaudível)

Sr. Vereador Fernando Monteiro - Senhora Presidente tem a ver com a defesa da honra e quero fazê-la aqui, se me permitir. A Senhora Presidente foi, por má interpretação, que disse o que disse, só pode ter sido, quando levantei a questão do “devidamente fundamentados” e da “exceção”, a Senhora Presidente disse: “*Podia ser que arranjasse alguns clientes*”. Senhora Presidente, não estou aqui para arranjar clientes! Peço-lhe que retire o que disse, isto é uma questão séria e sendo a senhora uma advogada, sabe do que é que eu estou a falar. Peço se faz favor, que ainda nesta reunião retire aquilo que disse. O que falei nem sequer tem a ver com a exceção, falei com a fundamentação. Quando é devidamente fundamentado, falei no poder discricionário que existe de quem vai decidir. Poder dizer ao “A” eu concebo, e ao “B” não concebo, sem sabermos bem porquê. Não tem nada a ver com o resto.

Sra. Presidente da Câmara – Estava a brincar consigo, mas não é aqui que arranja clientes, com toda a certeza.



Sr. Vereador Fernando Monteiro - Senhora Presidente desculpe, mas nesta matéria não admito sequer brincadeiras, são coisas demasiado sérias,

Sra. Presidente da Câmara – Está bem, peço desculpa!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Está desculpada.

Sra. Presidente da Câmara – Estava a brincar consigo, porque não é aqui que de certeza que vai arranjar clientes.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Fez a seguinte declaração de voto: *“Os Vereadores do Partido Socialista reconhecendo a complexidade do problema e a necessidade de implementar medidas estratégicas de mobilidade acessível, segura e sustentada de acesso às zonas balneários para todos, não concordam com a interdição da circulação automóvel entre a Figueirinha e o Creiro e com as tarifas de estacionamento no parque da Figueirinha e propusemos que os valores fossem reduzidos para valores iguais ao do parque do Creiro, por exemplo.”*

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD votou contra a proposta, apesar de reconhecer a necessidade urgente de regulação e ordenação do estacionamento naquela zona, no entanto, discorda completa e profundamente que seja interdito a circulação do trânsito, porque entende que resolvido o problema de estacionamento a circulação de trânsito pode-se fazer, porque há muitos setubalenses que gostam de passar naquela estrada, apreciar a paisagem e seguir e não têm necessariamente que fazê-lo para ir para a praia. Privar os setubalenses deste passeio, que é um passeio que todos nós gostamos de fazer, não se justifica. O problema é o estacionamento não é a circulação.
Entendemos que os valores das tarifas são demasiado elevados para os setubalenses.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos favoravelmente esta proposta e dizê-lo que o fizemos em nome do poder local democrático. Pela primeira vez a Câmara Municipal de Setúbal preocupa-se de uma forma objetiva com as praias de Setúbal, preocupa-se com os seus cidadãos, preocupa-se em requalificar as suas praias e o acesso às suas praias, preocupa-se naquilo que é qualidade das suas praias fazendo investimento em vários milhares de euros, para poder qualificar as questões do saneamento que não existiam em muitas das praias, que eram frequentadas pelos setubalenses, criando uma solução, que embora considerando que sejam um projeto-piloto, vai permitir de uma forma objetiva salvaguardar o bem-estar e acima de tudo, as preocupações com segurança. Por tudo isto o voto favorável da CDU.”*

6. Deliberação n.º 136/18 – Proposta n.º 32/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 1/2018 – DAFRH/DIRH contra Nuno Miguel Pereira da Silva Godinho

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 2 votos NÃO e 1 voto NULO.

4

7. Deliberação n.º 137/18 – Proposta n.º 02/2018 – SMPCB – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Representante dos municípios no procedimento para a formação do respetivo contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Uma pergunta que não tem diretamente a ver com a proposta. O Sr. Vereador pode-nos dar uma ideia, no âmbito da limpeza dos terrenos, em que estado é que está o concelho em termos da limpeza que é da responsabilidade dos proprietários? Uma vez que o prazo está a terminar é importante perceber se os proprietários estão a cumprir com aquilo que foi solicitado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Propunha que votássemos a proposta e depois daria a explicação.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Nada a opor à proposta.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Em relação à limpeza dos terrenos, matações, etc., temos dois níveis de intervenção. O nível de intervenção urbana, que está relacionado com a limpeza de bermas e outras intervenções. Ainda ontem tivemos uma reunião de balanço provisório dos nossos serviços, tendo em conta que o prazo está a aproximar-se do dia 31 de maio e temos que avaliar o que se está a passar nos terrenos públicos e nos privados. Em relação aos públicos está a ser feito um esforço muito grande de limpeza, um esforço complementar tal como fizemos já no ano passado, um trabalho muito grande dos nossos serviços, que estão em permanência com máquinas a limpar o terreno e temos uma contratação para as pequenas limpezas, porque não temos capacidade humana para o fazer. Estamos a focar-nos em tudo aquilo que é mais perigoso, do ponto de vista de incêndio a nível urbano. Estamos a oficiar praticamente todos os proprietários que surgem com problemas de limpeza, para que limpem os seus terrenos. No dia 31 de maio veremos o que se passou em relação aos privados, nalguns casos iremos simplesmente multar e não vamos limpar, desde que não tenham perigosidade imediata para as pessoas, caso haja perigosidade imediata iremos intervir. Demos uma atenção particular em algumas zonas, como a Tanoeira, onde se vai agora concluir uma intervenção da nossa parte, na Quinta dos Vidais cujos proprietários limpam neste ano, porque no ano anterior tinham sido multados, estamos focados em Pinhal de Negreiros, na zona de Aljeruz e outras zonas urbanas que têm muito arvoredo ou matas. Estamos a fazer um trabalho muito consistente nessa matéria. Estamos convencidos que a 31 de maio, a parte pública estará no essencial resolvida, mas com a consciência que há coisas por resolver e vamos continuar a resolver durante todo o ano.

Em relação aos privados, na área florestal da Serra da Arrábida, identificámos 950 proprietários, sendo que desses proprietários há uma série deles que não têm problemas de propriedade inseridas em zonas de combustíveis complexas, que são cerca de 220. Das 730 sobrantes, há 140 que estão limpos ou que têm uma situação confortável de afastamento. Dos 590 que sobram, oficiámos 440 e temos 150 ainda em trânsito de ofício. Não é que a câmara seja obrigada a oficiar, a câmara está a oficiar, porque entende que deve oficiar, porque as pessoas têm que fazer o seu trabalho. Fizemos 220 contactos personalizados com proprietários para sensibilizar e temos uma série de proprietários que já limpam. Neste momento já registámos 230 proprietários que limpam e há cerca de 200 que ainda estamos a acompanhar. Dos 200 proprietários que estamos a acompanhar, 20 são altamente perigosos. Dos altamente perigosos quatro ou cinco já limpam, faltam os outros. Em caso

de incumprimento dos privados iremos “atacar” primeiro esse 15 ou 16 perigosos que estão em risco, a seguir a 31 de maio. Estamos a tomar medidas de aquisição de meios e recursos para fazer isso e depois iremos aos restantes.

Tivemos uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Proteção da Natureza e demos nota de tudo o que fizemos. O Gabinete Florestal Intermunicipal vai dar uma informação detalhada à Secretária de Estado. Também já falámos com o Secretário de Estado da Proteção Civil, já falámos com o Secretário de Estado do Ambiente. Temos estado a falar com todos os Secretários de Estado que têm vindo a colocar o mesmo problema. Talvez se articulassem um pouco melhor entre eles, no entanto, vamos dar uma informação muito detalhada, uma informação de ação comum do Gabinete Técnico Florestal dos três municípios e depois a intervenção detalhada de cada município naquilo que está feito e o que falta fazer. Dissemos à Senhora Secretária de Estado que vamos fazer todo o esforço como sempre fizemos, aliás, ela ficou surpreendida por termos um dispositivo de proteção e socorro que funciona de igual forma o ano inteiro, sem variações das fases Charlie, etc... Há mais de uma década que estamos com essa postura. Também foi dado nota à Senhora Secretária de Estado que Setúbal através desta intervenção, desde 2004, não tem tido nenhum incêndio significativo na Serra da Arrábida, que resultou do trabalho feito e do sistema que está montado entre os três municípios. Foi feita uma proposta ao Parque em recrutar mais pessoas para trabalhar na vigilância e foi proposto pela Sra. Secretária de Estado a hipótese de um projeto futuro de defesa, promoção e utilização da Serra da Arrábida, em matéria que depois será conduzida na análise de soluções futuras pela Senhora Vereadora Carla Guerreiro, que tem a área ambiental.

No caso de Pinhal de Negreiros levámos bastante tempo para encontrar alguém que nos cortasse os pinheiros, porque temos que cortar uma área muito grande de pinheiros.

A Senhora Secretária de Estado também ficou muito interessada na nossa proposta de substituição de espécies menos combustíveis. Parece que há uma vontade grande da Sra. Secretária de Estado, que o Parque se abra a outras soluções e propostas por parte dos municípios.

Não lhe posso dizer que não vai acontecer nada de grave, mas posso-lhe dizer que estamos a fazer tudo para impedir que aconteça alguma coisa de grave.

Mais tarde iremos ter uma reunião com a Vereadora Carla Guerreiro e com os serviços, para fazermos uma síntese de informação de todo o trabalho desenvolvido em todo este período, com os respetivos custos, para que posteriormente a câmara possa ter conhecimento deste trabalho.

Informei a Sra. Secretária de Estado que nenhum município vai limpar tudo, porque não há condições para limpar tudo e nem tudo é limpável. Temos a responsabilidade de detetar e identificar aquilo que é essencial para proteção de pessoas e bens, é isso que estamos a fazer.

8. Deliberação n.º 138/18 – Proposta n.º 05/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 139/18 – Proposta n.º 12/2018 – DAAE/SAEN – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “De Cor e Salteado”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído RETIRADA
10. Deliberação n.º 140/18 – Proposta n.º 13/2018 – DAAE/SAEN – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “Cantinho da Azeda”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído RETIRADA
11. Deliberação n.º 141/18 – Proposta n.º 47/2018 – DCED/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby: Académica / Agronomia – Ratificação do preço de venda de bilhete

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 142/18 – Proposta n.º 48/2018 – DCED/GAJUVE – Aceitação de doações – Programa Municipal m@rço.28 – 2018

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se do salão nobre, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, não voltando a fazer parte dos trabalhos.

13. Deliberação n.º 143/18 – Proposta n.º 49/2018 – DCED/SMBM – Doação de duas obras de arte ao Município

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 144/18 – Proposta n.º 50/2018 – DCED/SMBM – Doação de documentos bibliográficos ao Município

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 145/18 – Proposta n.º 51/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização das Comemorações do Dia Mundial do Acordeão – Setúbal 2018

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 146/18 – Proposta n.º 52/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao 42.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 147/18 – Proposta n.º 53/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Setúbal Voz

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 36.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Relativamente a esta proposta sobre a Associação Setúbal Voz, o PSD vai votar contra pelas seguintes razões. Trata-se de uma associação recente, não sei se já tem um ou dois anos no máximo, que apresenta um orçamento de 22 mil euros e vem pedir à Câmara Municipal que contribua para esse orçamento com cerca de 41% do orçamento da associação. É um valor extremamente elevado, até porque temos outra associação no nosso concelho, com mais de 50 anos, que não tem tido grandes apoios ou praticamente nenhuns apoios financeiros, nomeadamente na utilização de autocarro para transporte. Esta Associação Setúbal Voz para além deste apoio financeiro que vem pedir, já tem um apoio logístico, onde lhe é permitido ensaiar no Ninho de Empresas e quando tem necessidade de ensaiar à noite, obriga a ter que colocar um funcionário da câmara a quem têm que pagar horas extraordinárias, isso também é um custo para a câmara que se traduz num apoio a esta associação. Independentemente do mérito e da atividade que se propõe desenvolver, não é isso que eu contesto, mas sim os nove mil euros, que corresponde a 41% do orçamento da associação, que é um valor extremamente elevado, quando por uma questão de equidade e de justiça temos outra associação com atividade nesta área, a quem nunca foi concedido um apoio deste género. Por isso não podemos votar a favor do apoio no valor de 9 mil euros à Associação Setúbal Voz.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação a esta proposta salta à vista o montante de 9 mil euros, que é bastante elevado quando comparado com os montantes que a câmara apoia os outros grupos corais. Não existe só mais um o “Luisa Todi”, existe o “Coral Infantil de Setúbal”, existe o “Coral do Liceu” e outros, e segundo sei a câmara apoia com um valor de 750,00€, cada um destes corais. Nesse sentido pergunto ao senhor Vereador, qual foi o critério usado para este e porque é que os outros recebem menos do que este?

Não estou contra a Câmara e a Junta de Freguesia de São Sebastião em financiarem 45% do orçamento desta associação, que é bastante, mas gostava de perceber qual é o critério. Não estou contra o facto de estes receberem muito, queria perceber porque é que os outros recebem muito menos, quando alguns deles têm até uma atividade mais visível, com maior histórico e maior regularidade no município.

Sr. Vereador Pedro Pina – Faço aqui uma nota, que certamente também a Senhora Presidente ajudar-me-á a tentar responder a algumas das questões que foram colocadas. Sem prejuízo das questões que foram colocadas, gostava de fazer esta nota. Nunca vi preocupação da parte do Partido Social Democrata nem do Partido Socialista, em avaliar a percentagem que a Câmara Municipal de Setúbal comparticipa nos apoios às diferentes entidades culturais. Nunca ouvi o Partido Social Democrata, quando trouxemos os protocolos do Teatro! Qual é que é a percentagem da Câmara Municipal de Setúbal ao orçamento do TAS ou o Teatro Estúdio Fontenova?

Qual é que é a percentagem no orçamento do Coral Infantil de Setúbal, com tudo o que envolve cedência de instalações?

Uma coisa é uma atribuição de instalação, outra coisa é a utilização de instalação. Estamos a comparar uma situação provisória, que é uma cedência temporária para ensaios a uma cedência de instalações como tem o Coral Infantil de Setúbal. Nunca vi esta preocupação! Os senhores Vereadores tem uma intencionalidade quando colocam estas questões. Pela primeira vez há uma preocupação da oposição, no montante que a câmara atribui em função da percentagem que representa nos apoios às atividades culturais. É curioso estas perguntas sobre os apoios da Câmara Municipal à cultura!

A senhora Vereadora Carla Guerreiro em “off” já disse, eu apenas confirmo a informação que em “off” deu agora em “on”, a Câmara Municipal não paga horas extraordinárias a nenhum funcionário para utilização das instalações da Associação Setúbal Voz.

Sr. Vereador Fernando Monteiro podemos fazer um bocadinho de história, e a Senhora Presidente ajudar-me-á imediatamente a seguir à minha intervenção sobre os diferentes apoios que têm sido dados às entidades, nomeadamente aos coros de Setúbal para o desenvolvimento da sua atividade, em particular à entidade a que se referia, o Coral Luísa Todi. Existe um apoio que considerámos em função de um projeto artístico que foi apresentado a esta Câmara Municipal. Existe um valor que consideramos justo face à qualidade do projeto artístico que nos foi apresentado. A Câmara Municipal avalia de uma forma criteriosa aquilo que são as propostas que nos são apresentadas e sobre esta proposta que nos foi apresentada, sobre a qual temos vindo a dialogar, entendemos que fazia sentido no quadro das entidades de criação artística na cidade nas diferentes áreas, apoiar com este montante e que leva a razão deste protocolo. Com certeza que isto é muito discutível. É perfeitamente legítimo, como o senhor Vereador sabe, que seja a Câmara Municipal ou as entidades que atribuem apoios, quais são os critérios distintos para apoiar ou não apoiar. A câmara entendeu que este projeto artístico merecia um apoio desta forma, pela qualidade daquilo que está associado ao seu projeto e que está associado às pessoas que dirigem neste momento não em termos de órgãos sociais, mas em termos de questões técnicas e que estão associadas a este projeto. Este foi o entendimento da Câmara Municipal.

Gostava de saber se vocês fazem apreciação artística sobre os projetos?

Não vi nenhuma apreciação artística sobre o que está aqui em causa!

O senhor Vereador Paulo Lopes referiu outras entidades, mas o senhor Vereador Fernando Monteiro não referiu. Entendemos que devíamos apoiar neste valor a entidade “Setúbal Voz” e não apoiar, no mesmo montante o “Coral Luísa Todi”, porque é uma opção que está relacionada com critérios do projeto artístico que nos foi apresentado.

Senhor Vereador Fernando Monteiro, nós não apoiamos em autocarros. Não sei se o senhor Vereador sabe que foi aprovado na Câmara Municipal de Setúbal um apoio de 40 mil euros ao “Coral Luísa Todi” e que neste momento decorre um processo de negociação para a requalificação das suas instalações, processo que tem sido complicado por questões internas ao próprio “Coral Luísa Todi”.

Sra. Presidente – Percebo que o senhor Vereador Fernando Monteiro esteja a colocar esta questão, porque deve ter sido colocada pelo seu colega Paulo Pisco, que é dos órgãos sociais daquele coral, nesse sentido deve estar preocupado com o funcionamento do seu coral, do qual ele faz parte.

Em tempos idos, o Partido Socialista deu ao “Coral Luísa Todi” um prédio mais um terreno ao lado. Prédio esse que o “Coral Luísa Todi” pode arrendar ou ceder espaços, como já o fez na exploração de um restaurante ou de um café e atualmente tem um grupo que não sei se paga renda ou não. O “Coral Luisa Todi” tem um edifício e um terreno que pode vender a qualquer hora e fazer dinheiro, porque esta câmara lhe deu essas condições. Mais ninguém tem essas condições, a não ser o “Coral Infantil” que também tem uma fração que a Câmara Municipal lhe deu. Relativamente ao “Coral Infantil” quando há iniciativas de maior peso a Câmara Municipal paga essas iniciativas na totalidade e eles sabem ao que me estou a referir, para além de um apoio regular, o que é muito mais do que pagámos a esse coral, mas nunca ninguém aqui fez referência a essa situação. O “Coral Luísa Todi” já teve aprovado o pagamento de obras significativas em colaboração com a junta de freguesia. Tenho em meu poder uma carta que guardo religiosamente do Presidente do “Coral Luisa Todi”, onde refere: *“Agora não façam obras, porque vai haver eleições e eu não sei se fico cá”*. Tínhamos esse valor de cinquenta e tais mil euros, para fazer obras no edifício do “Coral Luísa Todi”, mas recolhemos no nosso orçamento à espera que o seu Presidente um dia dissesse o que fazer. O Presidente do coral é o mesmo e o senhor Paulo Pisco que é seu colega devem estar incomodados com aquilo que é dado a outro coral, em vez de estarem satisfeitos pelo facto de haver mais cultura neste município. Nós não discutimos o que é dado mais a este ou àquele e o Vereador já referiu exatamente isso. Não estamos a discutir o plano de atividades de cada um, porque isso é muito subjetivo. Pode ser importante para uns, pode não ser importante para outros, o que pode ser mais valorizado pela câmara pode ser menos valorizado por este ou por aquele coral, mas é isto que se passa. Hoje estamos aqui a falar disso, porque Paulo Pisco é membro dos órgãos sociais do “Coral Luísa Todi” e estamos a falar disso hoje, porque não dizem a verdade toda, não dizem aquilo que não quiseram receber, não dizem aquilo que recebem permanentemente. Não é apenas um autocarro, não é aquilo que eles permanentemente recebem da junta de freguesia, esquecem-se dessas coisas todas, então vamos falar a verdade e *“pôr os pontos nos is”*. Neste momento estamos a apoiar este coral “Voz de Setúbal” e também apoiamos o “Coral Luisa Todi” com outros tipos de apoios que são pontuais, tal como fazemos com cerca de 200 instituições. Se verificar no orçamento da câmara, gastamos quase um milhão no apoio às instituições culturais, desportivas e de solidariedade social – IPSS, mais do que aquilo que o Governo paga para a cultura.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Nesta forma baixa de discutir política não me revejo e a senhora Presidente tem infelizmente usado essa política rasteira e essa forma para discutir as questões. Vir aqui trazer o nome de uma pessoa que faz parte dos órgãos sociais do “Coral Luísa Todi” para discutir esta questão, é inacreditável e é lamentável. Não tenho procuração para falar por ele e não vou falar, mas ele falará se assim o entender.

Sra. Presidente da Câmara – Ele fala no Facebook.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Desculpe, mas estou no uso da palavra, não ligo muito ao Facebook, nem sei do que é que está a falar.

Sra. Presidente da Câmara – Sabe, sabe!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Não deve de ver intervenções minhas no Facebook, de certeza absoluta.

Sra. Presidente da Câmara – Nem minhas!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Não sei do que está a falar nem quero saber sequer. Poderia usar o mesmo discurso que a senhora Presidente. Sempre que vamos discutir um apoio a uma associação, vamos discutir quem são os nomes dos órgãos sociais.

Sra. Presidente da Câmara – Claro, isso explica muita coisa!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Não quero discutir, não sei quem são, mas quero discutí-los, primeiro vou saber quem são e depois discutimos. Faz algum sentido dizer quem é Rui Águas Trindade, quem é Manuela da Palma Rodrigues, Alberto Petinga, Maria do Carmo Nunes, que são dos órgãos sociais desta associação? Não vou dizer que os senhores apoiam esta associação pelas pessoas que fazem parte dos órgãos sociais. Não acredito nisso! Também não lhe fica bem vir aqui invocar nomes. Se calhar nos órgãos sociais até estão pessoas do seu partido. Não sei se estão, se queriam estar e não estão, não sei nem quero saber! Percebe senhora Presidente?

Eu quero é discutir a proposta em si. O senhor Vereador disse que é uma opção. É a vossa opção! Existem critérios que vocês usaram, que são os vossos critérios! Os meus critérios são os meus! Entendo que esta associação por muito mérito que tenha, não discuto a questão cultural e os apoios, não se justifica um apoio desta ordem de grandeza. É o meu entendimento.

O senhor Vereador entende que sim, que se justifica que é justo, muito bem, no entanto, eu entendo que não, que não se justifica o valor que está a ser pedido e que a câmara pretende atribuir.

Esta é minha opinião e deixem-se dessas baixas políticas, porque isso não é para o meu feitio.

Sra. Presidente da Câmara – Não gostou de ouvir, mas isso tem que ser dito!

Já que está tão bem informado também sabe que quisemos fazer obras e que o senhor Presidente do “Coral Luisa Todi” não quis! Não sabe?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Sra. Presidente não faço parte dos órgãos sociais, não tenho que saber o que se passa.

Sra. Presidente da Câmara – Como é que sabe que não damos o apoio e os equipamentos a estes?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Os apoios às associações passam por aqui, não passam senhora Presidente? É suposto eu saber ou não?

Sra. Presidente da Câmara – Não, porque o Senhor não está cá sempre.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Não estou cá sempre, mas o PSD está!

Sra. Presidente da Câmara – Lê tudo?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Leio todas as atas.

Sra. Presidente da Câmara – Há outras propostas, que às vezes o senhor Vereador está cá e diz que não sabe.



Sr. Vereador Fernando Monteiro – O PSD está sempre.

Sra. Presidente da Câmara – Olhe que não está, olhe que não! Por exemplo, no dia 2 não esteve presente.

Sr. Vereador Pedro Pina – Queria declarar que acho que esta ata vai ficar como registo. Desde que me lembro, que exerço estas funções de Vereador em particular acompanhando a área da Cultura, que nós temos este tipo de intervenção no apoio a uma instituição ligada à cultura. É a primeira vez que quer o Partido Socialista quer Partido Social Democrata e no mandato anterior a coligação PSD/CDS, que fazem com esta intencionalidade relativamente ao apoio que se atribui a uma associação cultural desta cidade. Senão vejamos, quais é que são os argumentos que aqui são apresentados, para o valor que é apresentado.

O senhor Vereador Fernando Monteiro, qual era a proposta de apoio?

O senhor Vereador acha que a ordem de grandeza que a Câmara Municipal se propõe, face à percentagem que corresponde ao orçamento é muito elevada, então que nos apresente aqui uma proposta.

Acha que seis mil já era razoável? Cinco mil e quinhentos já era aceitável? Três mil e trezentos era o valor correto?

Disse bem o senhor Vereador, que os critérios são da Câmara Municipal e dos serviços técnicos da Câmara Municipal, não é uma decisão só exclusivamente política, também é uma decisão técnica!

Se os senhores questionassem: *“Como é que a câmara está a estabelecer os critérios dos apoios à cultura?”*. Seria interessante que os senhores pretendessem fazer um debate, tal como nós já começamos por fazer nesta cidade, nomeadamente com os grupos de teatro, numa discussão com critérios que sejam o mais claro e transparentes possíveis, no que diz respeito aos apoios à cultura, tal como já conseguimos fazer na área do desporto, através dos apoios às instalações, com aquilo que tem a ver com equipamentos próprios, etc... Com certeza que essas variáveis têm que ser consideradas, mas para além disso, há um outro elemento que tem uma dimensão de subjetividade e de opções, que tem a ver com o projeto artístico que é apresentado. Queria que o Senhor Vereador dissesse como é que consegue avaliar a pertinência de um projeto artístico, relativamente à temporalidade de existência de um grupo. Acha que isso é um critério?

Acha que isso foi um critério em momento algum, nos apoios à cultura, quando grupos embrionários de nível cultural foram criados e se foram critérios para ser apoiados ou não?

Como é que se pode dizer “só tem um ano e meio, então nove mil euros é muito”?

Isso é uma coisa que nunca ouvi em parte nenhuma do mundo. Aquilo que guiou a nossa decisão foi apenas uma, nós consideramos que em muitos aspetos precisávamos de apoiar as nossas entidades culturais, temos a convicção que temos feito tudo, mesmo mediante constrangimentos financeiros com os quais nos fomos sempre debatendo. A senhora Presidente encabeçou uma luta titânica para encontrar junto do apoio mecenático, apoios para fazer face às mais diferentes áreas da cultura nesta cidade. Reconhecemos hoje que a cidade usufrui de outras condições, quer em equipamentos culturais quer na programação cultural da cidade. Não foi aqui colocado em causa a proposta de criação artística que é apresentada ou perguntas sobre a mesma, que nós consideramos de enorme relevância. Estamos a falar de uma proposta artística, que tem na sua direção artística um dos melhores maestros nacionais e nós valorizamos ter os melhores a trabalhar em Setúbal na área dos coros, na área do teatro, na área da dança, na área do cinema e queremos que venham mais e melhores para poder apoiar desta forma e de outra forma ainda melhor, e não ter critérios políticos como aqueles que foram trazidos aqui, para se discutir em função do tempo de existência do grupo ou por comparação com outros que estes nove mil euros são exagerados. É uma argumentação que não consigo compreender.

Sim, é um projeto artístico que nós consideramos que acrescenta valor na área da cultura a esta cidade e pelas razões que aqui são enunciadas vamos apoiar desta maneira.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não estava a pensar intervir mais nesta proposta, mas o senhor Vereador Pedro Pina faltou à verdade, quando aqui misturou a intervenção do PSD com a do PS e eu quero clarificar. Disse desde o início que não éramos contra a proposta de apoio financeiro à entidade, o que eu queria perceber e frisei bem isso, qual era o critério para haver uma discrepância tão grande de três ou quatro outros coros que recebem 750,00€ de apoio financeiro, para um apoio de 9.000,000€. Obviamente que esse critério tem de ser bem explicado. O senhor Vereador disse que é um critério artístico. Eu aceito! Foi a sua resposta, foi aquilo que eu perguntei. Nunca disse que estava contra a atribuição deste valor para a “Associação Setúbal Voz”, apenas pretendia perceber, porque é que existe uma disparidade tão grande. Já percebemos que os senhores não valorizam trabalho artístico dos outros coros face a este, ou então dizem que estão a ser apoiados noutra forma. O senhor Vereador disse que estavam em curso conversações para intervir no edifício do “Coral Luísa Todi”.

Sra. Presidente da Câmara – Já foi aprovado por cinquenta e tais mil euros.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Foi aprovado há dois ou há três anos?

Sra. Presidente da Câmara – O senhor é que não quis, estava à espera de eleições. Não estava em causa o coral, mas sim ele.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Senhora Presidente, não estou a pôr isso em causa. Estou a dizer e a repor a verdade dos factos, porque o Sr. Vereador Pedro Pina faltou à verdade. O Partido Socialista não esteve contra, se estivesse diria com frontalidade e de forma clara. Queria deixar isto bem claro em ata, nós não estamos contra o apoio. Até porque, como disse, subscrevo para todas as associações, porque o dinheiro é sempre pouco, mas também é muito menor para aqueles que só recebem 750,00€ e isso não tenho dúvidas. Já percebi que o critério é artístico, da minha parte não temos mais nada a dizer, mas deixar bem claro que nós não estamos contra a proposta.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Senhor Vereador, isto não é nenhum critério político! Entendo que não se justifica um apoio deste valor, desta dimensão. O senhor diz que isto envolve uma questão técnica e um parecer técnico feito pelos funcionários da câmara e os técnicos da Câmara Municipal. Onde é que está esse parecer técnico? Porque é que a proposta não é acompanhada pelo parecer dos técnicos da câmara? Se é assim o grande critério e a importância desse critério e com certeza terá a sua importância, deveria vir aqui, para nós analisarmos o parecer técnico dos serviços da câmara. Para mim a antiguidade de uma associação é importante, não é o único critério, não é fundamental ou não é o único critério a ter em conta. É importante, porque se eu tenho uma associação que já desenvolve o trabalho cultural, desportivo, seja ele qual for, no nosso concelho há alguns anos, nós conhecemos essa associação e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Isso para mim é importante, mas para o Senhor Vereador pode não ser. Não estou a tirar o mérito a esta associação, se houve necessidade de ela ser criada é porque havia necessidade de existir. Têm todo o direito de criar a associação e estou convencido que no futuro haverá muitos espetáculos desta associação, no entanto, entendo que 9.000,00€ é um valor muito elevado, até por aquilo que o Vereador Paulo Lopes disse. Acabámos de aprovar apoios a outras associações que não são menos relevantes, com valores de 300,00€. Há aqui uma disparidade que não está a ser justificada pela maioria.

Sra. Presidente da Câmara – Já reparou que era uma iniciativa, não era uma atividade de um ano, o que acabámos de aprovar? Tem alguma relação?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Sim, é uma iniciativa, no entanto, 300,00€ para 9.000,00€ do meu ponto de vista é uma grande disparidade.



Sra. Presidente da Câmara – Peço desculpa por o ter interrompido, só para o ajudar a esclarecer. Mesmo agora acabou de dizer que percebeu que 300,00€ era para uma iniciativa. Na realidade os 9.000,00€ estão relacionados com a atividade de todo ano. Está a perceber? Não tem nada a ver!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Estou a perceber, mas dei este exemplo agora, porque acabámos de votar. Mas há apoios anuais para outras associações desta ordem Senhora Presidente! Apoios anuais de 300,00€, 700,00€, 800,00€, 600,00€.

Sra. Presidente da Câmara – Não tem nada a ver!

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Vocês têm que se habituar a uma coisa, quer queiram quer não queiram, o PSD tem direito à sua opinião e manifestá-la aqui, os senhores podem gostar ou podem não gostar, mas esta é a nossa posição.

Sra. Presidente da Câmara – É a sua posição e esta é a nossa, cada um tem a sua posição.

Sr. Vice-Presidente – Como proponentes estamos numa posição especialmente favorável, porque temos da parte da oposição duas posições que se anulam entre si. O Partido Socialista diz que não está contra, considera adequado o apoio de nove mil euros, apenas questionou critérios, foi abundantemente respondido e explicado que as outras instituições deste caráter cultural têm recebido muitíssimo mais do que esta. Está satisfeita a dúvida levantada pela bancada do Partido Socialista, mas não está contra e apoia. O senhor Vereador Fernando Monteiro está contra, a única coisa que tem é que está contra e diz que é demais. Temos a oposição a dizer que não é demais e outra a dizer que é demais. Cada um tem a sua opinião, tal como o senhor acabou de dizer e disse-o muito bem. Quase que diria que tinha o direito a fazer uma coisa que afinal não tem, que é “lobby”. Não tem direito a fazer “lobby” em reuniões do executivo municipal, por isso é que a senhora Presidente referiu nomes e pessoas que têm que ver com circunstância, que com toda a clareza o fez falar, porque não tem outro argumento que não seja, “é demais”.

Em cooperação com o quê?

Este apoio não está como os outros, às entidades culturais, integrado e respeitando os critérios do regulamento de apoio ao associativismo que todos aqui aprovámos? Está enquadrado nesse regulamento, tem uma apreciação à luz dos critérios do regulamento de apoio ao associativismo.

Saiu fora desse regulamento? Não questionaram isso, mas o senhor acha que é demais. Comparando com o quê?

Não sendo lógico nem racional daí salto para a consideração que se calhar é “lobby”.

Está a perceber a ligação?

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Não insista mais. (intervenção inaudível). Está a ir longe demais.

Sr. Vice-Presidente – Já fui longe demais, então não preciso ir mais longe. Só para tentar demonstrar...

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Essa forma de fazer política não me revejo!

Sr. Vice-Presidente – Só para tentar demonstrar que nós, quando aqui defendemos posições, cada um com direito de vender a sua, temos que pôr por baixo alguma sustentação lógica. Tem que haver lógica nas nossas posições.

Está fora do regulamento de apoio?

Não está enquadrado?

Não cumpre critérios? Claro que cumpre critérios!



Os outros receberam menos? Já aqui foi fito que até agora receberam muitíssimo mais do que este valor.

O que é que nos falta saber para considerar que este apoio é mal atribuído?

Não pergunto isto ao Partido Socialista que considera que não está contra.

O que é que está mal?

Qual é o problema? Não vejo nenhum problema no apoio, a não ser uma opinião isolada que acha que é demais. Passemos ao voto e o assunto está arrumado.

Sra. Presidente da Câmara – Vereador Pina, rápido!

Sr. Vereador Pedro Pina – Muito rapidamente senhora Presidente. O senhor Vereador Fernando Monteiro tem um problema com o tempo de existência das instituições. Há um tempo atrás também colocou aqui uma questão muito perentória, relativamente ao “Clube Motorismo de Setúbal” e o argumento foi o mesmo, também tinham pouco tempo para poder ser atribuído um espaço.

Senhor Vereador Paulo Lopes eu não falei à verdade, o senhor é que faltou à verdade. O senhor falta à verdade quando quer utilizar montantes atribuídos por esta Câmara Municipal, para comparar com aquele que é agora atribuído e quer ignorar apoios que o senhor conhece que esta Câmara Municipal atribui ou atribuiu para fazer face às necessidades da atuação e programação das diferentes instituições culturais, dizendo: “*Há umas que recebem 750,00€ e há outras recebem 9.000,00€*”. Quando o senhor sabe que não se pode limitar a apreciação de um apoio, quer seja pontual, quer seja anual ou de outra ordem, para poder avaliar exclusivamente o apoio desta Câmara Municipal. Se recuperarmos alguns dos apoios que hoje já aqui demos, verificará que consta numa nota final “*para além dos apoios logísticos*”. Esses apoios logísticos são muitas das vezes de milhares de euros que esta Câmara Municipal apoia as entidades. Mas volto a insistir nisto, nunca assisti nesta Câmara Municipal enquanto Vereador, a nenhuma discussão comparada a esta, para colocar em causa os critérios de apoios na cultura. Com todo o respeito pelos senhores Vereadores, depreendo que há uma intencionalidade destas questões, que não têm a ver com critérios que levaram a esta nossa decisão, mas que são critérios que os preocupa do ponto de vista da exclusão ou de estarmos a discriminar outras entidades sobre as quais politicamente, os senhores devem ter apreciação. Não compreendo, porque é que em outras entidades culturais, os senhores não fizeram a mesma pergunta.

Porque é que na área do desporto os senhores não fazem a mesma pergunta? Nunca o fizeram aqui!

Senhores Vereadores, vocês sabem quais é que são as discrepâncias dos valores que nós apoiamos na área do Teatro, de uma entidade que recebe mais dinheiro para a uma entidade que recebe menos?

Sr. Vereador Paulo Lopes – O seu discurso está a ser desonesto do ponto de vista intelectual. Não lhe dou atenção, o senhor não merece.

Sr. Vereador Pedro Pina – Não estou a ser desonesto. Estou-lhe a perguntar se o senhor sabe qual é que a diferença entre o maior valor de apoio a entidades do teatro para o valor menor, para dizer aqui que as diferenças são discrepâncias absolutamente impressionantes? Não sabe? Depois posso-lhe dizer pessoalmente. O senhor vice-presidente Manuel Pisco colocou as coisas no lugar. Informaremos qual é que será a votação e qual é a apreciação que se tem sobre a questão deste projeto, que agora está a ser apresentada à cidade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Se fosse Presidente, responsável pela direção do coro “Associação Setúbal Voz” acharia este apoio muito curto e muito baixo. Veja bem o que é que os outros acham dos apoios que têm sido dados. Nunca falei neste assunto, porque estou ligado a uma instituição que por acaso nunca pede apoios, não é porque não precise, mas acho que não devo pedir, pois entendo que os apoios são sempre curtos. O Partido

Socialista, que fique bem claro, nesta reunião, acha que o apoio dado à “Associação Setúbal Voz” é um apoio curto. Que fique claro que ninguém disse aqui que era muito dinheiro. Enquanto responsável por uma instituição acharia isto como uma ninharia.

Sra. Presidente da Câmara – É uma pena que isto não seja a opinião nacional, só pode ser um contrassenso ou um gozo connosco.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

18. Deliberação n.º 148/18 – Proposta n.º 54/2018 – DCED/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

19. Deliberação n.º 149/18 – Proposta n.º 55/2018 – DCED/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios Financeiros – 2018

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 150/18 – Proposta n.º 56/2018 – DCED/DISOC – Associação Centro Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 151/18 – Proposta n.º 57/2018 – DCED/DISOC – Centro Social e Paroquial de São Sebastião de Setúbal – Centro Comunitário. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 152/18 – Proposta n.º 58/2018 – DCED – Festa da Ilustração de Setúbal 2018 – definição de preços de venda ao público de material promocional

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 153/18 – Proposta n.º 08/2018 – GVRO/DIEDU – Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2018-2019

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 154/18 – Proposta n.º 10/2018 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela artista plástica Kamy Moser

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 a 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 155/18 – Proposta n.º 11/2018 – DAAE/DIAES – Apoio financeiro à realização do Encontro Nacional do Apostolado do Mar em Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Carina Figueiredo – Em abril a minha casa ardeu na sala, na cozinha e no quarto. Pago uma renda de 220,00€, numa casa sem janelas, onde chove no Inverno, tem baratas e ratos. Com uma anemia crónica e o meu marido com bronquite asmática precisamos de uma casa camarária. O subsídio que recebo do Estado é de 300,00€ por isso passo fome. Já estou inscrita há 10 anos para uma casa camarária, mas ninguém quer saber das minhas condições. Qual o motivo para não me darem uma casa? Qualquer dia aquela casa cai.

Sra. Presidente da Câmara – Quem gere o problema das casas é o Vereador Carlos Rabaçal, é com ele que deve falar. O Vereador de certeza que já falou consigo, a resposta que pretende pode não ser a mesma que ele lhe terá dado.

Sra. Carina Figueiredo – Não falou. Ele jogou-me o papel no chão e não quis saber deste documento. Ele não fala comigo. Ele tem que tratar bem as pessoas.

4

Sra. Presidente da Câmara – Não estou a duvidar, mas é difícil acreditar, porque o Vereador Carlos Rabaçal fala com todas as pessoas. Vou ficar com o seu nome e para a próxima semana ele vai-lhe chamar.

Sra. Carina Figueiredo – Ainda não foram ver a casa.

Sra. Presidente da Câmara – O ir ver a casa não significa que o Vereador tenha uma casa para lhe dar. Como sabe não há casas.

Sr. Augusto Cruz – Leu o seguinte documento que se encontra arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49.

Sra. Vanessa Sequeira – Venho falar sobre o projeto Arrábida sem carros. Começar por louvar as medidas de valorização e melhoria de condições das praias contempladas no dossier, felicitar pelo projeto de inclusão de estruturas adequadas à utilização em cadeira de rodas e pedir o favor desta câmara de responder aqui ou por escrito, a um conjunto de perguntas, tanto minhas como recolhidas por mim no grupo do Facebook, que tão bem conhecem, no qual que expressam as dúvidas das pessoas. É difícil formar uma opinião sobre aquilo que não se tem na totalidade da informação, imagino que os documentos que aprovaram hoje contenham a totalidade da informação, mas as pessoas fora daqui também gostariam de ver as dúvidas esclarecidas, das quais tenho várias cópias que vos posso dar. Peço desculpa por haver dois pontos que foram acrescentados à mão, mas foram perguntas que surgiram já no decorrer desta reunião. As folhas têm o meu e-mail, para que possam responder com calma às questões colocadas. Vou só ler as perguntas por alto, para que as outras pessoas tenham a noção do que é que estamos a falar. As questões são essencialmente a respeito das interdições de circulação.

Qual a razão de não manterem o trânsito, cortando apenas o estacionamento?

Em que horário estará o trânsito cortado?

Quem vem de Azeitão ou pela Serra com a intenção de almoçar ou jantar no Portinho da Arrábida, onde se prevê que estacione?

A partir de que zona vai estar cortada a estrada para o Portinho da Arrábida, se do cruzamento ou da Casa do Gaiato, porque no dossier aparecem as duas opções?

A interdição desta estrada resulta de um parecer de um estudo externo?

Era importante também saber a respeito dos transportes públicos. Que tipo de autocarros serão utilizados e qual a periodicidade dos mesmos?

Os terminais de autocarros serão cobertos e terão capacidade para que as pessoas não fiquem várias horas expostas ao sol?

O autocarro cumprirá o seu horário ou será reforçado, até que saia a última pessoa do terminal?

A que horas iniciam os autocarros e o vaivém e até que horas estarão a funcionar?

A respeito dos estacionamentos de apoio à praia. Onde exatamente será o estacionamento de apoio na Várzea?

Onde será exatamente o estacionamento na zona do Allegro, se será dentro do Allegro se será nos arredores?

Como e onde estarão localizados os sistemas de informação relativos à localização e disponibilidade de estacionamento, em tempo real, destes parques de apoio às praias?

A respeito estacionamentos pagos. Gostaríamos de saber se os portadores de incapacidade terão de pagar o estacionamento na Figueirinha ou se deverão preencher um requerimento de isenção?

Qual a relação do estacionamento pago com a segurança das praias, se este valor arrecadado será utilizado para custear mais vigilância?

Porque é que o estacionamento do Creiro custa 2,00€ por dia e na Figueirinha poderá chegar aos 9,00€ por dia?

No final de um dia e no início de outro o estacionamento será totalmente proibido, (a tal questão da cancela)?

Como sairão as pessoas da praia após as 20h00 caso a cancela esteja fechada?

Gostaria de elogiar a excelente qualidade do sistema de som da sala e recordar a todos os senhores Vereadores que com sistema sonoro desta qualidade, não há necessidade de elevar e a voz para se fazerem ouvir.

Sra. Presidente da Câmara – Sra. Vanessa, isto vai estar, não sei se já não está, tudo no Facebook da Câmara. Há algumas questões que não estão respondidas diretamente e algumas que não estão mesmo respondidas. Vai ser respondido mais direto, porque é mais fácil. Amanhã segue para o seu e-mail.

Sr. Germano Tavares – O assunto que me trás aqui é sobre a Feira de Santiago. No dia dois, houve a abertura das propostas para os divertimentos e eu fui um dos concorrentes tendo apresentado dois divertimentos. O primeiro divertimento que arrematei foi o canguru no valor de 18.000,00€ mais IVA, contando que o edital fosse respeitado, mas o edital não está a ser respeitado. No segundo divertimento, que é o “Break Dance”, arrematei 9.000,00€ mais IVA. Alertei a comissão da feira, antes de abrir as propostas, que haviam divertimentos iguais e quem tivesse a proposta com mais dinheiro, que é o que diz no edital, seria a proposta ganhadora. Se fosse o meu irmão que ganhasse trazia o “Crazy Dance”, que é igual ao meu “Break Dance”. Fui eu que ganhei, mas a comissão não me deu ouvidos e mal saí da sala foi logo atribuído um lugar ao meu irmão. Informei a comissão que os divertimentos eram iguais, mas eles não quiseram saber. A minha filha, que é advogada, já fez a reclamação.

Não sei se a senhora Presidente é conhecedora deste assunto?

Tenho comigo as fotos dos divertimentos e os restantes papéis para que a Senhora Presidente os possa analisar. Na totalidade dos dois divertimentos estou a pagar 33.000,00€. O edital diz que não é permitido divertimentos repetidos. Esta situação já se passou aqui comigo e com o meu irmão, quando deixaram colocar dois cangurus, que se tornou um escândalo. Mais uma vez a comissão está a errar.

Já ando há 50 anos nas feiras e é uma comissão que foi eleita que sabe comparar os divertimentos? Quem sabe disso sou eu e as pessoas que têm os divertimentos.

A Comissão referiu-se às laterais, mas se os divertimentos são iguais, o que é que tem a ver com as laterais? Os divertimentos funcionam da mesma maneira, as cadeiras são iguais, têm a mesma rotação e a mesma dimensão. Porque é que vão admitir a proposta do meu irmão, se têm mais propostas de outros concorrentes, com divertimentos diferentes para colocarem na feira?

Eu ofereci 9.000,00€ e ele ofereceu 7.000,00€, mas estão a fazer um erro, porque são dois divertimentos iguais. Queria ver isso deslindado, porque senão não poderei vir à feira pagar trinta e tal mil euros com dois divertimentos iguais.

Porque é que a Comissão não vai aos factos concretos, se há fotografias e há vídeos?

Ele tem que ser excluído, porque ele tem que saber perder.

Sra. Presidente da Câmara – O Sr. Germano, desculpe que lhe diga, mas já deveria ter juízo, o senhor está a falar do seu irmão.

Sr. Germano Tavares – Ele é o pior inimigo que eu tenho.

Sra. Presidente da Câmara – Vocês andam sempre às turras, porque é que vocês vêm a Setúbal os dois?

A comissão apreciou as propostas e bem e eu confio nas pessoas que estão na comissão. Chegou-me a sua reclamação, mas a comissão fundamentou, por que razão tinha escolhido os dois divertimentos.

Vocês trabalham sempre os dois em todos os sítios e andam sempre em luta, é uma coisa impressionante!

Sr. Germano Tavares – Por isso é que a câmara está a levar os dividendos. A Senhora Presidente sabe quais são as bases de licitação, porque foram vocês que as aprovaram.

Sra. Presidente da Câmara – Quem propõe as bases de licitação é a comissão da feira.

Sr. Germano Tavares – Mas é a câmara que aprova.

Sra. Presidente da Câmara – Sim, são funcionários da câmara. As propostas estão corretas e eles já apreciaram as duas reclamações, porque o seu irmão também reclamou. Ele tem uma advogada e você tem outra advogada, depois fazem a feira, vão felizes e contentes até à próxima feira. Passam a vida nisto e quando alguém diz mal um do outro, vocês sobem paredes para se defenderem, o que é natural porque são irmãos. Para que serve isto agora?

Sr. Germano Tavares – Ele não sabe perder. Nos últimos três anos quem veio à feira com os divertimentos foi ele, porque fizemos um acordo. Ele furou o acordo ao apanhar-me na Madeira.

Se eu tivesse um acordo com ele, a Senhora Presidente sabe quanto é que a câmara receberia desses divertimentos? Certamente não recebia os 33.000,00€, apenas iria receber a base de licitação que é de 2.500,00€ do "Break Dance" e receberia 4.500,00€ do canguru, no total dava 7.300,00€.

Sra. Presidente da Câmara – Acha que a base de licitação é ilegal?

Sr. Germano Tavares – Não é ilegal, mas o edital deve ser preservado, porque os divertimentos são iguais. A comissão não sabe analisar? A senhora presidente quer provas? Se a senhora Presidente está a confiar na sua comissão, ao analisar os divertimentos está errada. Eu digo-lhe que os divertimentos são iguais.

Qual era a minha "lata" de vir para aqui dizer na frente das pessoas todas que aquele divertimento era igual e depois chegar à feira e não ser igual?

O que é que a comissão sabe analisar? Não sabe analisar nada e, no entanto, a comissão foi avisada antes das propostas serem abertas.

O senhor Paulo Hortênsio e a Senhora Ana José Carvalho é que sabem o que são divertimentos iguais e o Germano com 50 anos de trabalho não sabe de divertimentos?

Não posso dar razão à Senhora Presidente!

Uma mula é uma mula, um burro é um burro!

Não podemos estar a fazer comparações. Se os divertimentos são iguais, o sistema de trabalhar é igual, as cadeiras são iguais e até as próprias laterais.

A senhora Presidente não tem os desenhos dos divertimentos, não viu o vídeo de um e de outro?

Sra. Presidente da Câmara – Não, apenas tenho um documento dos dois.

Sr. Germano Tavares – Quer os desenhos de um e de outro divertimento? Vou mostrar aos Srs. Vereadores como os divertimentos são iguais.

Sra. Presidente da Câmara – Esses desenhos provavelmente não os tenho, mas tenho o fundamento dos divertimentos. No final da reunião o senhor Germano dá-me essas fotos para reunir com a comissão.

Sr. Germano Tavares – A câmara também gosta disto, porque a câmara prefere os 33.000,00€, do que a base de licitação.

Sra. Presidente da Câmara – Vocês é que ofereceram. Alguém vos obrigou a oferecer?

Sr. Germano Tavares – Não estou a reclamar o dinheiro. Estou a reclamar que não quero divertimentos iguais, que é precisamente aquilo que refere o edital, mas se a senhora Presidente não o quiser fazer respeitar, tudo bem!

Sra. Presidente da Câmara – Na próxima reunião de câmara certamente que vai estar o seu irmão.

Sr. Germano Tavares – Ele vai estar cá só para desestabilizar. A Senhora sabe muito bem o que diz o edital “*não querem divertimentos repetidos*”.

Sra. Presidente da Câmara – Sr. Germano vou verificar a situação.

Sr. Germano Tavares – Só espero que a senhora veja isso e analise. A senhora tem que ir pela comissão, porque a senhora tem que ir pelo lado dos seus. Se a senhora for pela razão irá verificar que o Germano tinha razão.

Sra. Presidente da Câmara – Vou verificar esta situação com o fundamento que eles têm escrito e depois reunimos os dois.

Sr. Germano Tavares – Não sei qual é o critério que eles têm aqui em Setúbal.

Sra. Presidente da Câmara – Eles têm a argumentação técnica.

Sr. Germano Tavares – Se calhar têm medo daquele “metro de gente”!

Sra. Presidente da Câmara – Já o enfrentei várias vezes e você sabe disso!
O seu irmão fez um boicote no recinto da feira e nessa noite resolvi reunir separadamente com os feirantes, que durou até às quatro da manhã, mas nunca reuni com ele. Acha que tive medo dele?

Sr. Germano Tavares – Não teve não. Nesse ano foi quando ele pretendeu montar o divertimento igual ao meu e a senhora fez muito bem em ter cumprido o edital. A partir dessa altura correu tudo normal. A senhora acha que eu tenho algum dinheiro empatado com ele? Até lhe deitava a um poço, pendurava por uma corrente e fazia de conta que estava à pesca. O meu genro contratou dois rapazes para a feira de Setúbal e o meu irmão nas minhas costas chamou os mesmos rapazes e falou mal de mim, para que os rapazes se fossem embora, para que eu ficasse sem ajudantes. Veja lá o irmão que ele é! Preferia dar-me com um cigano do que com ele.

Sra. Presidente da Câmara – Na próxima reunião está cá o Senhor Fernando, já sei.

Sr. Germano Tavares – Não está, porque ele sabe o que fez, conseguiu dar a volta à comissão.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e quarenta minutos horas.

4

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 20 de junho de 2018, por unanimidade, contém 47 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral

Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:
Helena Rosa
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro